



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

54ª Reunião Extraordinária do CNRH

Brasília/DF.
08 de dezembro de 2022

(Degravação ipsis verbis)

1 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É, vamos então agora
2 encerrar a reunião ordinária e eu gostaria de declarar aberta a reunião extraordinária, que é a
3 quinquagésima quarta reunião extraordinária. A gente tem um, bastante itens de pauta aqui é, mas
4 eu acredito que seja um item que a gente vai conseguir avançar de forma mais célere, a previsão
5 que nós tínhamos feito é que a gente estaria abrindo essa reunião às 16:30, então a gente tá com
6 uma hora de atraso no nosso planejamento inicial para esse, para essa próxima reunião, mas acho
7 que a gente consegue ainda cumprir toda a agenda. Roseli você pode...

8 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES)** - Wilson, eu queria só
9 colocar, como foi a, encerrou a última reunião, eu pude participar de forma ativa esse ano né
10 dentro do Conselho, das câmaras que realmente parabenizar né. Eu acompanhava de longe e
11 agora eu pude acompanhar tudo dentro mesmo assim sabendo que teve reestruturação né. Eu pelo
12 meu setor, somos poucos, mas a gente consegue colocar, conversar, dialogar como eu acho que
13 realmente é um ambiente que tá para isso. Então eu, eu sinto que podemos colocar nossas
14 opiniões sempre que precisamos, podemos ser ouvidos. Tivemos sim divergências, Wilson sabe
15 disso né, mas eu acho que isso faz parte do processo construtivo e do processo que é o conselho
16 né. Então assim, é realmente parabenizar, acho que tivemos grandes avanços sim esse ano e na
17 gestão como um todo né, eu não faço aqui a, não quero fazer defesas de A, B, C, D, apenas do
18 Conselho né, como membro do Conselho como integrante do sistema que eu sou desde a base
19 aqui como produtora né, até aí podendo estar representando o setor que, que eu estou. Então
20 assim, realmente agradecer né, parabenizar todos os membros e todos que puderam estar
21 empenhados nessa agenda e nessa política tão maravilhosa para o nosso país. Só isso obrigado.

22 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito, bem obrigado
23 Jordana. Então dando sequência que a gente precisa, vou tentar fazer uma condução mais rápida
24 agora mais objetiva, a gente tem todos esses itens de pauta. Deliberar sobre a proposta de
25 resolução que prorroga o mandato da diretoria provisória do comitê de bacia do Rio Parnaíba que
26 hoje vence dia 31 de dezembro, e a proposta que seja prorrogada até 31 de dezembro de 2023.
27 Deliberar sobre a proposta de moção direcionado ao governo federal, estadual e distrital
28 referência à segurança de barragens. Esse foi um item que infelizmente não foi apreciado na
29 reunião passada, mas tá aqui para deliberação hoje. Realizar oitiva do Conselho Nacional de
30 recursos Hídricos relativo a solicitação da prorrogação do prazo para início da operação
31 estabelecido na outorga de Direito de recursos Hídricos do Rio São Francisco para execução do
32 projeto integração do Rio São Francisco com a bacia hidrográfica do nordeste setentrional, PISF;
33 em atendimento ao dispostos do parágrafo segundo do artigo 5º da lei 9... 9984. Deliberar sobre a
34 proposta de resolução que institui o grupo de trabalho no âmbito do Conselho Nacional de
35 recursos Hídricos para acompanhar a implementação do plano de recursos Hídricos da região
36 hidrográfica do Paraguai. Esse foi um item é incluído na reunião passada pelo plenário na reunião
37 passada que ocorreu dia 29 de novembro. E a gente encaminhou uma sugestão de, de resolução
38 para instituir o GT conforme a previsão regimental. É, e o informe sobre o parecer da CTOC que
39 trata dos procedimentos para cumprimento da, determinações contidas na resolução 70 em face
40 da edição da resolução 232. Que é aprovou o Plano Nacional de recursos Hídricos, nós

41 praticamente adiantamos muito esse debate no item anterior de pauta. E por fim assuntos gerais
42 encerramento, espero que a gente consiga cumprir até umas 18:50h essa agenda. Então eu queria
43 convidar é, o, para abrir aqui o item 2 de pauta, o Anivaldo, atual diretor presidente da diretoria
44 provisória do...

45 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Avelar.**

46 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** Ah desculpa. Avelar,
47 atual diretor da diretoria provisória do comitê de bacias do Parnaíba para fazer um breve relato
48 né, Avelar sobre o pedido de prorrogação de mandato da diretoria provisória. E na sequência a
49 agência nacional de águas também vai ter uma palavra para mencionar sobre a necessidade dessa
50 prorrogação. Boa tarde, Avelar.

51 **SR. AVELAR DAMASCENO AMORIM (CBH PARNAÍBA) -** Boa tarde Wilson. Boa tarde a
52 todos aí que estão levantando essa bandeira em prol dessa política nacional de recursos Hídricos,
53 a gente reconhece o esforço de todos vocês na condição desse trabalho. Queria só parabenizar
54 todos. Eu acho que a contribuição que cada brasileiro pode dar na organização dessa política
55 nacional de recursos Hídricos. Eu queria colocar como presidente interino do CBH Parnaíba,
56 registrar assim a necessidade dessa prorrogação mais uma vez infelizmente né, porque a questão
57 da pandemia e outras questões que nós tivemos que enfrentar o problema da, do entendimento
58 com o consórcio junto a ANA, não foi possível. Agora ANA tá retomando esse processo no
59 sentido de retomar esses trabalhos agora em 2023. Portanto não foi possível. Não é do agrado de
60 todos nós, a gente tem conversado muito com vários presidentes de comitês, especialmente com
61 Anivaldo pela sua larga experiência, ele sabe disso, da dificuldade nossa. Eu quero até nesse
62 momento agradecer ao Anivaldo por ter colocado essa proposta dele porque é verdadeira. A gente
63 precisa dar uma atenção especial para que esse processo se ande mais rápido; porque isso é muito
64 cansativo. Me parece que é o quarto, quarta prorrogação que vai acontecer. Isso é muito, de
65 alguma maneira desgastante. Porque a gente de executar, deixa de executar muitas tarefas porque
66 fica impedidos da condução de alguns processos e isso impede a diretoria executiva se
67 consolidar, impede a gente discutir planos, programas e projetos e dar atenção especial na
68 revitalização da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba. Portanto essa prorrogação é uma
69 necessidade, eu gostaria de ler o último parágrafo do Ofício enviado da ANA para vocês no
70 Ministério Desenvolvimento Regional aí da, da secretaria executiva do Conselho. Ela diz o
71 seguinte depois de desenvolver vários parágrafos. Por fim, gostaríamos de destacar o trabalho
72 exemplar e para o ativo da diretoria provisória do CBH Parnaíba durante todo o processo até aqui
73 desenvolvido. Não podemos ser responsabilizados de forma alguma pelos atrasos causados pelas
74 restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus ou por problemas administrativos
75 enfrentados pela ANA no supracitado aditamento contratual. Então tá claro aqui a questão, não é
76 questão da diretoria interina né, dos representantes institucionais que compõem o grupo de apoio,
77 todos nós aqui levantamos essa bandeira, é uma região de boa vontade Wilson. Essa é que é
78 verdade. Onde a gente tem total interesse de querer concretize nessa eleição da diretoria
79 executiva para a gente tá discutindo a implementação de planos e programa na grande região

80 hidrográfica do Rio Parnaíba. É isso que eu tinha princípio para colocar aqui para você ir nessa
81 reunião.

82 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bom Avelar. Eu
83 realmente acompanho muito de perto esse assunto, sei do compromisso aí da equipe da diretoria
84 provisória, Roseli é da equipe de apoio, então a gente realmente tem acompanhado e sabe da
85 energia de vocês para colocar o comitê de pé. Eu queria antes de abrir a palavra, o Anivaldo já o
86 primeiro inscrito, passar a palavra para representante da Agência Nacional de águas, não sei se o
87 Humberto ou (Ininteligível), quem estaria presente, desculpa se eu não tiver certo aqui.

88 **SR. MARCO ANTÔNIO (ANA)** – Wilson, quem vai falar é o Wagner.

89 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É o Wagner? Opa! Tudo
90 bem, Wagner?

91 **SR. WAGNER VILELA (ANA)** - Tudo bom aí Wilson? Boa tarde, pessoal, aí aos amigos,
92 antigos colegas. É... Eu acho que a posição da ANA ela tá manifesta muito claramente no ofício
93 da diretora Presidente agora do mês passado e que todos os participantes dessa reunião receberam
94 na convocação né. Acho que tá de forma direta, explícita né o que ocorreu nesse processo e a
95 posição da ANA em relação a isso plenamente favorável prorrogação. É, como notícia é
96 importante né, na próxima terça-feira já vai ser abertas envelopes da licitação. Então a licitação
97 para mobilização ela tá correndo né perfeitamente e como o próprio Avelar né falou agora pouco,
98 a gente teve problemas de pandemia na nossa reta final de instalação né, e depois né, quem
99 entende de administração pública minimamente sabe que não é uma loja que a gente vai comprar
100 um produto. Processo licitatório não é fácil; e a gente teve problema para continuar com o antigo
101 tiveram que fazer um novo né. Mas a dedicação da ANA e o apoio a diretoria é pleno né. Acho
102 que o Avelar pode atestar isso e reforçar; em nenhum momento essa diretoria parou. Né? Então
103 semana passada eu tive na bacia de novo né, quase todo mês a gente tá lá, e foi realizada a
104 vigésima quinta reunião da diretoria com grupo de apoio né. com toda a documentação do comitê
105 tá pronto. Só falta a mobilização. Então eu acho que a gente tem toda condição de instalar ainda
106 no primeiro semestre do ano que vem em Parnaíba. Era só isso e fico à disposição em caso de
107 dúvida.

108 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Acho que um fato
109 importante é esse né, a licitação tá em vias de ser concluída e com abertura das propostas para ter
110 no início do ano esse apoio para mobilização e eleição né. Então queria, eu vou projetar, pedir
111 para Roseli projetar Roseli, o texto da resolução, enquanto a gente abre a palavra aqui para
112 debate. O primeiro inscrito é o doutor Anivaldo. Por favor Anivaldo.

113 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
114 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO)** – Bem, devido ao adiantado da hora, eu quero apenas
115 reiterar em nome do segmento dos comitês de bacias hidrográficas interestaduais o nosso inteiro
116 apoio ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo nosso Avelar Damasceno na frente da
117 diretoria provisória, mas compartilhar com ele a expectativa de que é, de fato o processo de

118 mobilização e de eleição seja concluído para que o comitê finalmente comece a funcionar em
119 uma bacia extremamente impactada não é com o processo das mudanças climáticas e todos os
120 outros processos antrópicos que ocorrem no contexto em que o comitê vai trabalhar e portanto
121 sem um trabalho, digamos assim, múltiplo envolvendo poder público sociedade civil e usuários,
122 nós não vamos preparar de fato uma bacia importantíssima do semiárido como é do Parnaíba,
123 envolvendo realidade de três estados Maranhão, Piauí e Ceará ou seja; Sem essas premissas nós
124 não vamos ter esse fator importante que é o comitê de bacias que conhece o cenário, tá lá na
125 ponta, sabe o que que acontece na pastilha hidrográfica e que portanto pode ser um instrumento
126 essencial né. Quero dizer apenas que não se pode colocar esse dispositivo aqui, mas eu estou
127 entendendo que a agência nacional de águas recebe não comitê, mas, sim a agência nacional, o
128 último prazo, que teremos um ano inteiro, acredito que é tempo mais do que suficiente para que
129 finalmente nós possamos realizar a eleição da primeira diretoria é do comitê do Parnaíba. E aqui
130 nós nos associamos as expectativas né, do Avelar e de todos que compõem o comitê no sentido
131 de que finalmente esse ano esse processo possa ser concluído. Não vou insistir em mais detalhes
132 sobre o assunto, acabamos de aprovar uma recomendação. Agradeço a todos os membros aqui do
133 Conselho Nacional de Recursos Hídricos por ter apoiado nessa recompensa, essa recomendação e
134 de fato ela é no sentido de acelerar situações como essa. Desde 2019, portanto antes da pandemia,
135 a criação do comitê do Parnaíba estava em andamento. Claro que a pandemia trouxe limitantes.
136 Mas mesmo com o contexto da pandemia, de 2019 para cá já é um tempo suficiente. Mas nunca é
137 tarde para de fato a gente concluir o que deve ser concluído. Portanto é eu dou os parabéns aí ao
138 trabalho realizado, eu, está um relatório aqui muito não é detalhado do que a diretoria provisória
139 fez e em nome do Avelar Damasceno que tem sido um voluntário incansável, eu quero abraçar
140 todos os membros né da diretoria interina e todos que colaboram lá com a criação desse comitê.
141 Muito obrigado.

142 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Acho que mencionar
143 a Talita também né Avelar; uma pessoa importante que tem ajudado bastante manter vivo o
144 comitê. Então gostaria de aqui, colocar para apreciação, essa resolução ela foi apreciada pela
145 CTAL, queria só mencionar o artigo segundo que revoga a resolução do ano passado que é
146 prorrogou até o período agora de dezembro de 2022. Então isso aqui por força do Decreto que
147 trata dessa matéria é, nós incluímos a esse artigo segundo revogando aquela uma vez que essa
148 passa a vigorar com o novo prazo até dezembro até 31 de dezembro de 2023. Então acho que se
149 todos concordarem permaneçam como está pela aprovação da resolução, aqueles que queiram
150 manifestar contrariedade e obtenção podem fazer agora. É. Acho que não havendo nenhuma
151 contrariedade e abstenção tá aprovada a resolução. Vamos aqui na secretaria executiva agilizar
152 para que ela seja publicada tempestivamente antes do dia 31 de dezembro. Avelar, agradeço sua
153 presença e faço votos aí para que o ano que vem finalmente a gente tem o comitê instituído e é
154 um comitê importante, inclusive para uma bacia hidrográfica que teve aporte de recursos para
155 revitalização consideráveis agora com processo da desestatização da Eletrobras. Então é
156 importante realmente ter um comitê para discutir questões de revitalização inclusive. É, vamos
157 dar sequência então para o próximo item de pauta. É, deliberar sobre a proposta de moção
158 direcionado ao governo federal, estadual e distrital referente à segurança de barragens. Essa foi

159 uma moção apresentada no bojo da câmara técnica de segurança de barragens é, dentro de um
160 grupo de outras três que já foram aprovadas inclusive na reunião do dia 29 de novembro; mas por
161 uma questão de tramitação na CTAL, ela acabou sendo possível ser trazida somente na reunião
162 de hoje. Então eu não vou aqui fazer a leitura. Eu pediria para que o Luiz coordenador da CTSB
163 faça uma breve menção sobre o que trata as recomendações trazidas nessa moção.

164 **SR. LUIZ GUSTAVO FORTES WESTIN (ABRAGE)** - Ok Wilson. É, bom, essa moção até
165 na aprovação da 143 hoje, da revisão da 143 de manhã, foi citado né quando da discussão sobre a
166 capacidade dos órgãos fiscalizadores em atender o prazo em dois anos, falou-se da sua falta de
167 estruturação. Então é justamente nesse sentido que essa moção vem a pedir para os governos
168 federal, estadual e distrital fazer uma, uma avaliação da adequada estruturação dessas entidades
169 fiscalizadoras de forma que tenha um quadro técnico em número adequado observado as
170 recomendações das manobras políticas de segurança de barragem. É, bem como recursos
171 tecnológicos e financeiros necessário para implantação da política nacional de segurança de
172 barragem. Que crie rubrica orçamentária específica para as ações de segurança de barragem em
173 especial para operação, manutenção quando, é, e adequação a lei, a política nacional bem como
174 fortaleçam estruturas técnicas de suas unidades administrativas que figuram como empreendedor
175 de barragem perante a legislação. Inclusive avaliando a criação de estrutura de governança com
176 atribuição formal nessa parte de segurança de barragem. Que promovam debates internos para
177 estabelecimento de um plano de ação para implantação das recomendações dessa moção com a
178 efetividade da política nacional de segurança de barragens. Então tá bastante alinhado já com que
179 foi tratado na pauta mais cedo, eu abro os senhores aí a possibilidade de fazer qualquer
180 questionamento que se faça necessário. Basicamente essa moção, ela está recomendando
181 estruturação dos órgãos fiscalizadores e uma estrutura, mais estruturação de governança
182 principalmente é para os empreendedores de barragem quando eles são públicos, ligados a esses
183 governos.

184 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigado Luiz. Então
185 abro para debate, para dúvidas ou contribuições ao texto dessa moção. Não havendo nenhuma
186 contribuição, gostaria de então submeter para aprovação a moção, para aqueles que concordam
187 com os termos,

188 **SR. EDUARDO FARIAS TOPÁZIO (ALAGOAS, BAHIA E SERGIPE)** – Wilson, Wilson,
189 eu tô com meu sinal aqui, Topázio aqui do, da Bahia. Tá? Eduardo Topázio. É um comentário
190 rápido, desculpe, é porque meu sinal cortou aqui algumas vezes aqui, mas eu vi a recomendação.
191 Hoje é que é feriado de Salvador, eu tô em casa e aí o sinal às vezes dá uma oscilada ta? É, eu
192 acho essa, só um comentário. Eu acho essa Moção realmente bastante pertinente, adequada, agora
193 sempre é bom fazer, e serve para te fazer um ano, inclusive uma reflexão né, também que
194 infelizmente a estrutura do estado brasileiro, estado brasileiro de lato senso né, eu tô falando aqui
195 municípios, estados a união e em si né, ela tem uma estrutura administrativa, política
196 administrativa, uma mistura de serviços públicos, inclusive quando hoje nós discutimos ali é só
197 uma reflexão pessoal, discutindo inclusive questões de teto de gastos, questões orçamentárias,
198 tudo isso tem impacto nesse aspecto. Então eu acho apenas para reforçar como uma moção como

199 essa, e a gente tem que ter essa clareza desse link, não estão dizendo o seguinte; reforçar em
200 capacidade técnica e pessoal, com capacidade de atender demandas que são típicas do estado ta.
201 E que às vezes isso não entra na conta, na discussão pública que é colocada. Então eu só queria
202 reforçar essa ideia para gente refletir nós aqui, muito de nós aqui fazemos parte de estruturas
203 públicas do estado brasileiro e a gente sabe qual é a dificuldade, quem é da área técnica de ter
204 uma estrutura adequada para te ter uma demanda ideal né. Enquanto o estado as vezes você tem
205 estruturas burocráticas em áreas administrativas, em diversas áreas muito maior porque as
206 demandas, as burocracias são muito efetivas. Para concluir, eu digo que o que, eu sou o diretor
207 atualmente de recursos Hídricos de monitoramento ambiental do INEMA, que trata tanto da
208 política iminente auxílio recursos Hídricos né, que o órgão aqui, um órgão só na Bahia, a gente
209 sabe qual é a dificuldade das demandas que a gente tem frequentemente, incluindo os tribunais de
210 contas né. Do Tribunal de Contas no caso do Estado com mais frequência. E que às vezes nos faz
211 cobrança direta de coisa que sai da nossa governança e nas nossas dificuldades exatamente,
212 executar questões de políticas porque não tem pessoal. Então eu acho pertinente sim. Mas sei
213 também as dificuldades dos governos né, de atender por questões de equilíbrio fiscais, pelos
214 limites que as leis fiscais determinam. Eu acho que isso vale como reflexão para todos nós. Eu
215 acho que isso é uma forma inclusive tem que se impulsionar politicamente da necessidade de ter
216 um reforço nas áreas técnicas. Era só isso que eu queria comentar. Obrigado.

217 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito pertinente
218 Topázio. Acho que é, o caminho é esse. Acho que esse processo aqui dessas moções, tanto as três
219 aprovadas anteriormente como essa, é de fazer um processo de conscientização. é porque os
220 governos precisam priorizar né, as políticas públicas em função das limitações. E a gente percebe
221 que essa questão de segurança de barragem é uma questão crônica que precisa entrar na pauta de
222 prioridades né. Então acho que essa moção serve muito na, nesse sentido né. Então, gostaria
223 então de quem concorda permaneça como está, aqueles que queiram colocar alguma, manifestar
224 abstenção ou contrariedade podem fazer erguendo a mãozinha aí no chat. Feito. Né? O Topázio
225 levantando ali o (Ininteligível). Então aprovado essa, essa moção. A secretaria executiva vai
226 encaminhar para assinatura do ministro Daniel e publicação no diário oficial e encaminhamento
227 oficial por, para todos os representantes de governo federal, estadual e distrital. Agradeço aí a
228 contribuições do plenário.

229 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Só
230 lembrando né Wilson que primeiro a gente tem que passar pela nossa consultoria jurídica. Por
231 isso que às vezes demora a publicação, mas é que a gente tem que ter essa tramitação prévia né.

232 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É, mas estamos aqui
233 alinhados para que todos os itens de pauta aprovados dia 29 hoje é, sejam finalizados até dia 31
234 ok? Sejam publicados até dia 31. Vamos então dar sequência, o próximo item é a oitiva ao
235 Conselho Nacional de Recursos Hídricos relativo ao pedido de prorrogação do prazo para início
236 da operação estabelecida não outorga de direitos de uso de recursos Hídricos do rio São Francisco
237 para o projeto de integração pro PISF. Então gostaria de convidar a, o coordenador-geral Stanley
238 e na sequência o Marco Neves da Agência Nacional de águas para fazer em uma breve

239 apresentação sobre o pedido de prorrogação da outorga e também sobre a análise emitida pela
240 Agência Nacional de águas. Meu caro Stanley, por favor, tá contigo a palavra.

241 **SR. STANLEY RODRIGUES BASTOS (MDR)** - Boa tarde meu amigo como é que você tá
242 tudo bem? Parabéns aí pela condução. Eu já fui de CNRH eu sei que esse debate democrático às
243 vezes fica um pouco acalorado e que a gente precisa sempre dessa parcimônia do condutor.
244 Parabéns, aí. Eu vou fazer aqui, eu vou colocar apresentação, vou, prometo ser bem breve, eu sei
245 que já deve tá todo mundo cansado então não vou me estender muito.

246 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É bom você trazer umas
247 fotos legais da obra por que sempre é bom né? Acho que é enriquecedor. Né? Você tem de pegar
248 algumas aí então.

249 **SR. STANLEY RODRIGUES BASTOS (MDR)** – Vixe! Então, eu já vou ficar te devendo, eu
250 já vou ficar te devendo as fotos então. Bem. Eu sou o Stanley, sou Coordenador Geral aqui no
251 DPE e fui incumbido pelo diretor de fazer essa apresentação que diz respeito da prorrogação do
252 prazo da condicionante terceira do artigo 4º da resolução 411 da ANA que trata da outorga do
253 PISF. Então a outorga do PISF, ela foi emitida em 2005 né, ela teve a aprovação feita pelo
254 CNRH, aprovação do aproveitamento hídrico em 17 de janeiro, em 18 de janeiro foi emitido a
255 outorga preventiva e depois em setembro foi emitida a outorga definitiva do aproveitamento do
256 São Francisco para a execução das obras do projeto São Francisco é a resolução 411/2005. Então
257 de forma detalhada aqui né, a outorga traz que no artigo 4º, que a gente tem um prazo até o dia 31
258 de dezembro de 2022 para dar início a operação do empreendimento. No inciso 4º, ele detalha e
259 diz que a implantação e a operação têm que ser feita com a cobrança do serviço. Então não é a
260 simples entrada em operação. Porque hoje o São Francisco já está em pré-operação. Ela, ele tem
261 que, ele tem que ter as duas coisas. Ele tem que estar operando e tem que ter um mecanismo
262 também de cobrança pela água que está sendo fornecida aos estados. Quanto a possibilidade da
263 prorrogação da cláusula né, a lei 9984 de 2000 ela define que o prazo para implantação do
264 empreendimento é de seis anos né, essa outorga já teve algumas prorrogações anteriores e ela diz
265 que esse prazo de seis anos para conclusão da implantação, ele pode ser prorrogado pela, pela
266 agência desde que atenda a dois itens. Ele tem o porte a importância social e econômica e que
267 seja ouvido CNRH; é para isso que nós estamos aqui para ouvi-los né. Então quanto o porte do
268 empreendimento, o São Francisco né, os dados físicos e operacionais dele, os eixos principais
269 eixos Norte o eixo Leste, eles somam 477 km, tem uma capacidade de adução de 127 metros
270 cúbicos por segundo né, os dois eixos juntos. Mas para frente eu vou dar detalhamento de
271 execução e de valores. Os ramais associados, Salgado, Apodi, Entremontes e Agreste, somados,
272 eles têm 322 km e uma capacidade somada de adução de 93 metros cúbicos por segundo. Bem,
273 com relação a ida ao porte dos empreendimentos dados de implantação e investimento. Hoje os
274 eixos principais eixos Norte, o eixo Leste já estão praticamente concluídas em pré-operação né.
275 Somados dois eixos já estão com quase 99% de execução, a gente ainda não considera 100% por
276 conta de alguns detalhes mínimos que precisam ainda ser feitos e já foram investidos quase 13
277 bilhões de reais na execução das obras. Os ramais Associados, o ramal do Agreste já está
278 concluído, nós temos aí um ramal em planejamento, que é o ramal de Entremontes, um ramal em

279 Pernambuco, o ramal do Apodi já está em execução e o ramal de Salgado tá em fase de
280 contratação. Então os ramais associados, eles já foram, já foram gastos de recursos quase 2
281 Bilhões de reais. Então ao todo São Francisco já tem quase 15 bilhões de reais investidos nessa,
282 nessa implantação. A importância social e econômica do empreendimento, que é o outro item que
283 precisa ser verificado com relação a possibilidade da ANA fazer a prorrogação da cláusula. O
284 PISF é o maior projeto de Infraestrutura hídrica do país. Ele visa atender 12 milhões de habitantes
285 em 414 municípios do Nordeste setentrional. Ele beneficia regiões metropolitanas no Ceará,
286 Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, além de uma série de pólos de irrigação e
287 aquicultura. A importância social do PISF e a importância econômica principalmente para o
288 Nordeste, são itens que precisam ser visto em conjunto né. Porque a partir do momento que a
289 gente passa a fornecer a segurança hídrica para aquela região que sofre tanto com as secas, você
290 possibilita tanto o consumo humano, o consumo animal das pequenas propriedades, aquelas
291 culturas subsistência, ou aquelas culturas né, que, que são bem pequenas né, que atendem só ali
292 um município às vezes, às vezes é um bairro só, quando você também atende aos grandes
293 produtores que a partir do momento que você tenha uma, uma garantia de fornecimento de água,
294 você possibilita que os grandes empresários é, invistam mais na região. E isso traz qualidade de
295 vida por população né. Tanto do ponto de vista da, do dia a dia né, como do ponto de vista
296 econômico também né. O PISF também né, principalmente pelos ramais, que os ramais
297 acessórios né, que a gente usa mais auxiliares dele na Paraíba, Pernambuco, Ceará, ele visa ter,
298 visa o desenvolvimento Regional. Você aproveitar áreas que ainda hoje não são exploradas que
299 poderão passar a ser explorados a partir do momento que você faça a garantia da sustentabilidade
300 hídrica. Outros benefícios que são verificados também com relação a, as obras do PISF é a
301 diminuição do investimento que precisa ser visto em obras emergenciais, obras de combate à
302 seca. Obras isoladas, gastos da Defesa Civil né e também com relação à saúde pública. Então a
303 economia que, que pode né, que poderá né, que virá a ser feita por conta dessas questões, elas
304 poderão ser revestidas, em, revertidas em outras políticas públicas que também são necessárias
305 para a região. Voltando né para questão da, então esses foram os itens né que são necessários para
306 que a ANA avalie a prorrogação. Agora eu vou passar a tratar do porquê que a operação
307 comercial ainda não foi iniciada né. O quê que a gente ainda não conseguiu colocar o PISF em
308 operação comercial. A resolução 2333 da ANA ela dá os pré-requisitos necessários para que seja
309 feita a operação comercial. Então a gente precisa de ter o, assinar os contratos entre operadora
310 federal estadual, a gente precisa de ter os PGAs elaborados né, publicados e aprovados pela ANA
311 e a gente precisa ter os medidores instalados e calibrados nos eixos e nos ramais. Com relação à
312 assinatura do contrato entre a operadora Federal e a operadora Estadual, em 2019 o Ministério
313 optou né, devido a várias divergências com os estados, optou por levar esse processo a câmara de
314 conciliação da AGU. Então desde então, vem sendo tratado tem vezes sendo tratado lá esse
315 assunto. Em 2021, houve a assinatura do pré-acordo né, que traçou diretrizes para assinatura do
316 acordo definitivo e dos contratos. Então a gente passou a discutir dentro da Câmara de
317 conciliação com os estados o acordo definitivo e a, e o contrato. Infelizmente né agora esse ano a
318 gente teve uma diminuição do ritmo de reuniões das discussões por ser um ano eleitoral, e a gente
319 espera que a partir do próximo ano agora, que sejam retomados e que isso seja resolvido de uma
320 forma célere. Outro, outro, outro item que, que foi levada adiante né pela por essa gestão que

321 visa assinatura dos contratos também é alteração do Decreto 5995, por uma necessidade que ficou
322 prevista dentro do termo de pré-acordo. O Termo de pré-acordo previu que as garantias de
323 pagamento vão ser feitos por meio de FPE. E para utilização do FPE como garantia a gente
324 precisa que é operadora seja o órgão da administração direta. Então a gente tá fazendo essa
325 alteração. Já tá tudo pronto para que seja feita a alteração no decreto. Com relação aos PGAs,
326 desde 2008 os PGAs vem sendo aprovados pela ANA publicados. E com relação aos medidores,
327 hoje a gente já tem 11 medidores no eixo Norte, já temos cinco medidores no eixo Leste, e a
328 previsão é que até o final de 2023 a gente já esteja com todos os medidores instalados. É, junto
329 com essas questões né, que são as questões previstas na resolução, nós temos ainda algumas
330 pendências na área de execução né, que são aquelas que eu falei que inviabilizam que a gente
331 considere 100% da execução. A gente tem algumas pendências e apareceram durante a pré-
332 operação no eixo Norte, questões que estão listadas aí né, no dique, no reservatório Jatí, em
333 Atalho, nas estações elevatórias, barragem de Caçimba Nova tal... Tem alguns itens pontuais que
334 estão sendo tratados, mas que não atrapalham a operação da do sistema como um todo e que
335 estão sendo contratadas empresas para que sejam resolvidas e uma das questões que a gente tem
336 colocado nessa contratação é que a solução, é para que seja feita essa manutenção é de que não
337 haja interrupção na operação. Então encerrando a minha a minha apresentação aqui, né, só fazer
338 um resumo do que foi passado, a gente tá com uma outorga né, aquela condicionante da outorga
339 vencendo no dia 31 de dezembro e a gente encaminhou para ANA esse pedido de prorrogação
340 daquela, daquele inciso. Dentro da resolução 2333 que foi os itens que foram colocados como
341 necessários para entrada em pré-operação estão sendo tratados né, estamos com uma expectativa
342 boa de que agora em 2023 essas pendências sejam resolvidas e a gente demonstrou né,
343 demonstrado na nota e aqui de forma resumida que o PISF ele tem um porte, uma importância
344 social que justificam que a ANA trate de, trate como carinho esse pedido que a gente fez e nos
345 conceda a prorrogação para o início de entrada de operação do projeto. É isso. Gostaria de
346 agradecer então aí a oportunidade está fazendo essa apresentação, participando dessa oitiva
347 estamos aqui à disposição para eventuais dúvidas que vocês tiverem.

348 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Bem, muito obrigado
349 Stanley pela apresentação foi bastante clara e completa né, e queria passar para o Marco Neves
350 superintendente da ANA que foi responsável pela análise desse pedido no âmbito da Agência
351 Nacional de águas. Doutor Marco está aí nos ouvindo não é Marco?

352 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Acho
353 que o Marco ele ia... Oi Patríc.

354 **SR. PATRICK THOMAS (ANA)** - Oi. Wilson. Boa tarde, Wilson. É Patrick aqui. Tudo bem?

355 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Boa tarde Patrick. Tudo
356 ótimo. Você quem vai fazer a apresentação?

357 **SR. PATRICK THOMAS (ANA)** - O Marco ele teve que... Sim. ele tava aqui, mas ele teve que
358 dar uma saída pra atender uma demanda aqui, daqui a pouco ele volta, mas eu tô aqui
359 representando a SRS, sou superintendente adjunto e também vou fazer apresentação. Tá?

360 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ótimo. Tá contigo a
361 palavra Patrick.

362 **SR. PATRICK THOMAS (ANA)** - Muito bem então. Boa tarde, Stanley, boa tarde aos
363 membros do Conselho Nacional, um prazer tá aqui de novo participando dessa reunião
364 extraordinária. Deixa eu compartilhar aqui a minha tela só um instante. Vocês estão enxergando?

365 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim. Tá aqui em tela
366 cheia.

367 **SR. PATRICK THOMAS (ANA)** - Maravilha. Então vamos lá. Vou começar então falando da
368 outorga do projeto, essa outorga foi emitida em 2005 por meio da resolução 411 e ela tem um
369 prazo de validade de 20 anos. Portanto ela vence em 2025. E aí essa informação importante para
370 deixar claro que o que nós estamos discutindo aqui não é a prorrogação do vencimento da
371 outorga, mas sim a prorrogação do prazo de uma condicionante dessa outorga específica, é, a
372 outorga ta válida e continua válida até 2025. Outra característica é que essa outorga possui uma
373 vazão, na verdade ela possui duas vazões né, é uma outorga bastante singular, porque possui duas
374 vazões. O padrão é ter uma vazão, e a primeira vazão é vazão firme né; disponível para
375 bombeamento a qualquer tempo de 26,4 metros cúbicos por segundo. E essa vazão corresponde a
376 demanda projetada para consumo humano e dessedentação animal que são os usos prioritários
377 pela nossa lei até o horizonte da outorga que é 2025. E a segunda vazão, é a vazão máxima de
378 captação permitida que é de 114.3 média diária ou instantânea de 127 metros cúbicos por
379 segundo, que poderá ser praticada em determinados momentos quando uma certa condição foi
380 atendida que está vinculada ao nível da água do reservatório de Sobradinho. Tá? Quando ele tiver
381 acima de 94% o volume é útil operando para volume de espera né. Então tem uma vazão firme
382 qualquer 6,4 e uma excepcional de 127 que pode ser praticado em determinados momentos
383 quando as condições hidrológicas na bacia de São Francisco tiverem confortáveis né. E esse
384 conforto é dado por um critério de nível em Sobradinho. Bom; e quais são as condicionantes que
385 ainda não foram cumpridas dessa outorga né. A terceira que é o início da operação da primeira
386 fase do empreendimento em até seis anos, e é uma condicionante que não foi criada pela ANA é
387 uma condicionante que tá na legislação e só foi reproduzida na outorga, e a segunda
388 condicionante que é a implantação até o início da primeira fase né, do empreendimento que
389 (ininteligível) a condicionante 3, ou seja a implantação até o cumprimento da condicionante 3 da
390 cobrança pelo serviço de adição de água bruta; ou seja né, da arrecadação de recursos para
391 garantir a sustentabilidade financeira desse projeto que é uma preocupação que ANA tem desde o
392 início do projeto para que ele possa ter condições de cumprir os seus objetivos que é levar
393 segurança a ele que é para o Nordeste setentrional. E como eu falei essa condicionante venda lei
394 9984 2000 Artigo 5º é, que estabelece esses prazos né de dois anos para iniciar a implantação e
395 de 6 para concluir a implantação dos empreendimentos. E esse mesmo artigo ele prevê uma
396 possibilidade de ampliação desses prazos quando o porte, a importância social econômica do
397 projeto justificar e ouvido o CNRH. Esse é o Motivo de nós estarmos aqui hoje é apresentando
398 esse tema para os membros do conselho. Não é a primeira vez, já ouve outras prorrogações e
399 outras oitivas ao CNRH. Os membros mais antigos vão lembrar né das reuniões em que esse tema

400 foi discutido. Bom. E como que é feito pela ANA a avaliação né dessa, desse início da operação
401 da primeira fase? Além obviamente da conclusão da obra né, entrega de água que já foi bem
402 apresentada pelo Stanley né, com detalhes, não vou repetir, nós temos a resolução 2333/2017 que
403 estabelece as condições gerais de prestação de serviço é, do PISF já que a ANA também regula o
404 serviço né. E nessa, nessa resolução tem um artigo 8º que estabelece três condições para
405 caracterizar o início da operação comercial do empreendimento. A primeira é assinatura do
406 contrato obviamente se não tiver contrato não tem é operação formal, com relação a esse item
407 como estão ela já mencionou, as negociações avançaram desde a última prorrogação no âmbito
408 da Câmara de conciliação arbitragem da administração Federal; e essas negociações resultaram
409 na assinatura de um termo de pré-acordo no ano passado. Que foi um avanço muito importante
410 nesse processo de negociação né. No entanto e o tema de acordo previa aí prazos para assinatura
411 do acordo. No entanto, o contrato né, a assinatura do contrato é, do acordo e de um contrato. No
412 entanto, nem o acordo nem um contrato foram ainda assinados ta. Com relação a segunda
413 condição que é o plano de gestão anual que é o instrumento que estabelece as vazões a serem
414 entregues, as vazões a serem bombeadas no projeto. Quanto de água que vai ser entregue pelo
415 projeto? Esse plano vem sendo elaborado pela operadora Federal e aprovado pela ANA publicado
416 desde 2018 e foi aprovado em 2022. Portanto essa condição tá atendida. E a última condição, a
417 terceira que a comprovação da instalação, calibração de testes equipamentos de medição de
418 vazão, ou seja, você não consegue prestar um serviço, você não mede a quantidade de produto no
419 caso a água, que foi entregue; a quantidade de água que foi entregue. Então é fundamental que
420 haja medidores calibrados medindo essa vazão. Então nós já consideramos atendido esse artigo
421 para os principais pontos de entrega do projeto e que respondem pela maior parte da vazão que
422 vem sendo entregue nos últimos anos né, e à medida que os demais equipamentos foram sendo
423 instalados e calibrados vão ser, esses outros pontos de entrega vão sendo também considerados
424 né, vão atender ao artigo 8º da resolução ta. Então diante dessas informações apresentadas pelo
425 Ministério e dessa avaliação né, que nós fizemos Considerando que as estruturas dos dois eixos
426 ainda estão em fase pré-operação e ainda tem algumas inconformidades que o Stanley mostrou aí
427 que estão sendo equacionados, que ainda não houve assinatura do contrato como foi mostrado,
428 considerando o histórico das solicitações anteriores né, que apresentaram justificativas
429 semelhantes e o porte a complexidade importante social que já foi comprovada anteriormente nas
430 outras, nos outros pedidos de prorrogação, nós aqui da área técnica da ANA entendemos que é
431 possível é, aprovar esse pedido de prorrogação. Então a nossa manifestação é favorável e essa é a
432 nossa sugestão que será encaminhada para a diretoria da agência; para que a diretora então
433 delibere sobre esse pedido após essa oitiva que está sendo realizada hoje aqui no conselho. Então
434 era isso. Muito obrigado e devolvo, me coloco aqui à disposição para dúvidas e devolvo a palavra
435 para o Wilson.

436 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem. Obrigado
437 Doutor Patrick pelo, pelos esclarecimentos, eu gostaria de abrir então para dúvidas,
438 questionamentos aqui do conselho para, em função dessa oitiva aí, dessa prorrogação da
439 condicionante de início da operação comercial do PISF. Doutor Anivaldo primeira inscrito.
440 Anivaldo tá nos ouvindo? Pronto. Estamos ouvindo agora.

441 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
442 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO)** – Bom. Serei breve. Verifica-se que o impasse entre a união
443 e os estados continua quanto os preços a serem praticados. É claro que pau que nasce torto fica
444 difícil depois de gerenciar, mas não há dúvida de que os equívocos que cercaram a concepção
445 dessa obra, falta de planejamento, (Ininteligível) né, com que ela foi concebida e construída e
446 sobretudo, a falta de, de debate com a sociedade tanto da bacia doadora como receptora, nos
447 conduziu a esse digamos assim, é, a essa delonga né que até hoje é, neutraliza boa parte né, dos
448 benefícios que poderiam ter advindo, mas agora não se trata de olhar pelo retrovisor. Entretanto
449 eu quero chamar atenção é, para o fato, se pudesse vincular essa recomendação era importante. E
450 aí na prorrogação desse processo não sei se é possível, o fato é que foi criado um conselho gestor
451 para acompanhar né, todos os problemas relativos a Infraestrutura, ao gerenciamento, as
452 definições que cercam esse projeto, e nesse conselho gestor havia participação não só dos estados
453 como da União, mas também de comitês de bacias e se eu não me engano inclusive segmento dos
454 municípios, era de fato um fórum adequado pra tratar dessas questões, mas infelizmente nos
455 últimos quatro anos nem o conselho gestor do projeto da transposição depois cognominado PISF,
456 nem do famoso conselho gestor da revitalização, Esse sim. Foi enterrado com todas né, sem todas
457 as honras porquê de fato nos falou mais disso, mas acho que é importante nessa mudança da
458 direção dos ventos que o conselho gestor não é, do projeto de integração aí, o PISF, seja
459 restaurado. Visto que ele também não foi dissolvido. Então está na hora de fato, porque, e aqui eu
460 estou encerrando, embora seja um canal, mas os problemas deles de certa forma sem assemelham
461 com qualquer curso de água que inclui é, um tipo de gestão que prevê a criação de comitês. Não
462 seria evidentemente a mesma coisa, é um rio é um rio, um canal de águas um canal de águas, mas
463 ele se assemelham em uma questão fundamental é; o poder público precisa sim do concurso, não
464 só das outras estruturas de poder, os estados já estão incluídos porquê de fato a eles competirá
465 administrar água recebida, mas é importante que os municípios, que a sociedade civil em toda a
466 sua diversidade, academia, as populações locais, possam ter acesso a isso. Portanto a restauração
467 do conselho gestor da transposição é fundamental nesse sentido. Inclusive ela previa não só a
468 presença do comitê da bacia doadora que é o comitê do Rio São Francisco, mas também em
469 comitês não é, das regiões dos estados receptores. Isso era muito importante porque claro;
470 conselho gestor se cria, às vezes não tem muito poder de intervenção e tal, mas pelo menos é um
471 espaço onde é, a sociedade a população fica sabendo do que acontece. Passamos aí quatro anos
472 com essa negociação aí absolutamente fora dos holofotes e reservado entre os estados e a união, a
473 gente sabe que existe um conflito muito grande sobre a questão do preço da água decorrente
474 sobretudo do preço da energia, não se fala muito disso, é um enorme abacaxi que foi criado
475 exatamente pelos erros de origem, mas tá na hora de determinante de praticar aquilo que é o mais
476 importante no que diz respeito ao serviço público que é a transparência. Ao contrário do que na
477 burocracia do Estado autoritária, a melhor maneira de resolver os dilemas é que a sociedade
478 acompanha o nível de dificuldades porque ela foi uma coisa justa, correta, a sociedade e a
479 população, os usuários é, sempre contribuem com a solução. Na medida que ele sente aqui não
480 tem nenhuma influência, não conhecem os dados, é claro que nada hoje nem o Brasil nem do
481 resto do mundo pode ser resolvido solitariamente pelo poder público. O poder público solidária,
482 solitariamente não resolve nenhum dos grandes desafios da humanidade nem no Brasil nem

483 qualquer outro país do mundo mais hoje. Portanto tá na hora de restaurar essa compreensão em
484 bom momento a Constituição de 1988, é, de fato, inaugurou são essas novas dimensões da
485 democracia participativa e da gestão compartilhada é claro. Então eu espero e, que prorrogando,
486 claro. É necessário prorrogar essa outorga, principalmente pelos motivos já aqui colocados, mas é
487 importante também restaurar os mecanismos não é, da gestão participativa. E se o conselho
488 gestor não foi dissolvido então ele tem todas as possibilidades de ser imediatamente,
489 imediatamente restaurado a partir de janeiro. Obrigado.

490 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então queria
491 consultar se o Stanley quer comentar, antes eu queria só fazer um, um uniforme aqui, acho que é
492 importante que todos conheçam a lei 14 182 que é desestatização da Eletrobras, que em função
493 desse comentário né, Anivaldo sobre a questão da modicidade tarifária, do custo de energia que
494 realmente é o grande correspondente do custo operacional, é, queria que todos conhecessem a lei
495 14 182, o parágrafo 6 do artigo 6º. No qual foi garantido pelos próximos 20 anos a energia com a
496 modicidade que leva a uma redução nesse custo operacional e traz uma modicidade tarifária.
497 Então acho que são elemento importante, certamente os estados já conhecem né, mas eu queria
498 passar para o Stanley para um breve comentário né, sobre esse, essa fala do doutor Anivaldo.

499 **SR. STANLEY RODRIGUES BASTOS (MDR)** – Perfeito Wilson. Obrigado né, gostaria de
500 agradecer também aos comentários aí doutor Anivaldo é, perfeita a sua observação, a gente, a
501 gente tem essa modicidade tarifária garantida por meio dessa lei de desestatização da Eletrobras
502 no montante de 85 megawatts médio pelo prazo de 20 anos a 80 reais o megawatt-hora. Então
503 essa, tá havendo uma negociação entre a cor devasso e a chefe para poder fazer o acerto das
504 condições contratuais e a gente tá com uma perspectiva aí bem clara muito boa aí de que esse
505 contrato seja assinado agora esse mês e a partir de Janeiro a gente já começa a executar esse
506 contrato direto com a Chesf que vai garantir a água para os estados receptores num valor bem,
507 bem mais razoável do que o que vinha sendo que vinha sendo previsto nos estudos anteriores né,
508 da, com relação aos cálculos de tarifa né. Então a, Anivaldo eu acho que você pode ficar
509 tranquilo com relação a isso, que por conta de energia elétrica essa, essa questão já tá
510 praticamente resolvida. Com relação ao CGPISF, foi, em 2019 foi feito um decreto, decreto 9759
511 salvo engano, foi um decreto extinguiu todos os colegiados. Então como o CGPISF isso é um
512 órgão colegiado, ele foi extinto por ele, foi extinto no momento por conta desta questão da, desse
513 decreto. E aí como eu disse na minha apresentação, que a gente tá no processo de revisão do
514 Decreto 5995 que é o que trata inclusive do CGPISF, houve uma decisão de gestão do Ministério
515 para que houvesse primeiro a revisão do decreto para que depois houvesse instituição do
516 CGPISF. Para que o CGPISF já fosse recriado dentro do formato necessário a atender as questões
517 do pré-acordo que foi assinado com os governos estaduais beneficiados pelo, pelo projeto. Então
518 tão logo a gente tem o novo decreto, o CGPISF vai ser restituído na sequência. Mas é importante
519 que seja dito também que os órgãos de que os ambientes de discussão democrática do PISF eles
520 não foram esquecidos, eles não foram deixados para trás. Mensalmente existe uma reunião
521 coordenada pela, pela ANA em que o Ministério apresenta todas as ações que estão sendo feitas,
522 as dificuldades, os avanços, e que são convidados os estados a poder participar, vários atores

523 dependendo do tema, são convidados outros, outros atores também, então a questão democrática
524 não foi deixada de lado. Então embora o CGPISF ainda não tenha sido restituído pelos motivos
525 que eu coloquei a, essa gestão aqui olha com muito carinho aqui, com relação a essa questão do
526 debate democrático da gestão do PISF. Né. É isso. E agradecer.

527 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigado Stanley, e o
528 próximo inscrito, Ramom. Por favor Ramom.

529 **SR. RAMOM FLÁVIO GOMES RODRIGUES (MARANHÃO, CEARÁ E PIAUÍ)** - Boa
530 noite a todos (Ininteligível)

531 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Boa noite. Sim, estamos
532 ouvindo.

533 **SR. RAMOM FLÁVIO GOMES RODRIGUES (MARANHÃO, CEARÁ E PIAUÍ)** - Bom,
534 inicialmente eu queria parabenizar tanto Stanley, como Patrick, pelos relatórios, pelas colocações
535 que foram feitas pela justificativas para a solicitação dessa prorrogação. Eu só queria reforçar
536 aqui evidentemente, que isso foi muito bem pensado, a gente fez muitos avanços nesses quatro
537 anos, nós tivemos uma mediação aí da CGU né, da AGU, e nós avançamos bastante. Só que
538 realmente esse último ano é um ano muito difícil por conta das questões políticas e
539 evidentemente dos novos governos e não, então foi bem pensado em não fechar certas questões
540 por conta disso né. É O Stanley também e o Wilson levantaram aí a questão da, dessa benesse da
541 energia que é a gente conseguiu com uma privatização, a lei da Eletrobras né, então a gente, os
542 estados eu queria dizer que os estados, trabalharam muito em cima dessa questão politicamente
543 para que isso fosse aprovado, graças a Deus deu tudo certo e nós acreditamos que essa, essa, esse
544 novo ano aí, esse governo vai permitir que a gente feche todas essas arestas e a gente assine esses
545 contratos. Os estados já estão, já estão sabendo disso que, já estão conscientes então a gente tá
546 trabalhando em cima disso com muito afinco né. Então eu também queria me solidarizar com
547 Anivaldo dizer para ele que realmente esse governo aí mudou muito em questão do dos
548 conselhos, dos comitês né, você viu aí que nós temos a expectativa inclusive do próprio CNRH
549 tem uma nova reestruturação, o conselho do meio ambiente também tá pensando isso né, mas
550 como estamos bem lembrou, a gente mensalmente em relação à questão do PISF, a gente
551 mensalmente, nós estados, temos essas reuniões, estados receptores, temos essas reuniões com,
552 com a ANA e o pessoal do, do MDR, através do Oscar, Stanley e outros tem acompanhado isso, e
553 a ANA faz essa, essa coordenação e a gente tem discutido todos os aspectos, todos os prazos,
554 tudo que tem se vamos dizer assim, tem atrapalhado e buscado em conjunto fazer, facilitar a
555 resolução dessas questões né. Então, mas eu quero reforçar o que eu disse sobre o Anivaldo, que
556 sem a participação popular a própria lei de água não tem sentido. E você aí não tem a
557 participação, você não tem a integração né, então você precisa a gente precisa resgatar esse, esse
558 comitê do São Francisco, do PISF para ter essa discussão e facilitar as resoluções que ainda estão
559 pendentes. Mas eu como representante de um estado receptor, eu solicito aos amigos que possível
560 a gente possa provar essa, essa prorrogação porque ela é fundamental para que a gente mantenha
561 essa obra sustentável do ponto de vista financeiro e ambiental e etc ta. Eu também queria

562 aproveitar a minha participação para parabenizar a equipe do Wilson, da Roseli, todos que quiser
563 fazem esse, esse a direção desse conselho, pelo trabalho que foi feito ao longo desses anos e
564 conselho é isso mesmo. Um dia a gente briga, um dia a gente se abraça, um dia a gente tá junto e
565 isso faz parte do dia a dia. Então muito, meu, meus parabéns e um abraço bem forte em todos e
566 todas e um feliz natal também, já vou aproveitar fazer logo a minha a minha fala final aqui. Tá
567 bom amigo. Obrigado. Um abraço a todos.

568 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem. Eu agradeço
569 as contribuições né, tanto da Anivaldo quanto do Ramon. Fica aqui os registros com relação a
570 importância de uma estrutura de acompanhamento né, como já era previsto no decreto, o CGPISF
571 que eu tive até a felicidade de coordenar algumas reuniões em 2015 e 2016 então eu reforço aqui
572 a importância que é um ambiente importante mesmo de debate e também essencial para definir o
573 plano de alocação de águas né, conforme estava previsto no decreto. Então é importante esses
574 registros colocados pela, pelo o Anivaldo e pelo Ramon. É, Stanley, tem mais algum ponto que
575 você queira colocar para encerrarmos esse item?

576 **SR. STANLEY RODRIGUES BASTOS (MDR)** – Não. Pelo, pela gente aqui ta, tá ok.
577 Agradecer aí poder participar e fazer essa exposição.

578 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então é, só esclarecer
579 que não é um item deliberativo conforme previsto legislação precisa dar oitiva, todas as
580 recomendações e pontos colocados aqui pelos conselheiros vão ficar nos registros e a gente
581 encaminha isso no processo junto a ANA e também o departamento ao qual o Stanley está
582 representando, como pontos de alerta aqui colocados pela pelo CNRH. Sobretudo com relação a
583 necessidade de participação de um conselho específico para acompanhar a gestão do PISF e
584 também a questão da modicidade tarifária que foi levantada pelo Anivaldo e que foi esclarecida
585 aqui na reunião. Eu agradeço a Patrick e Stanley pela disposição e para apresentação. Obrigado.

586 **SR. STANLEY RODRIGUES BASTOS (MDR)** – Obrigado. Boa noite, gente.

587 **SR. PATRIK (ANA)** – Boa noite, obrigado Wilson. Boa noite a todos.

588 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigado. Então eu
589 queria pedir mais, nós estamos agora no horário que estava previsto para encerrar, mas nós temos
590 dois itens de pauta ainda para concluir, queria pedir que a gente avançasse. O primeiro é deliberar
591 sobre a proposta de resolução que institui o grupo de trabalho no âmbito do CNRH para
592 acompanhamento da implementação do Plano Nacional é, desculpa. Do plano de recursos
593 Hídricos da Bacia do Rio Paraguai. Então essa resolução foi encaminhada, minuta de proposta
594 pela secretaria executiva, gostaria de pedir que a Roseli faça uma breve comentários sobre a
595 estruturação dessa proposta de resolução e na sequência nós deliberamos sobre a aprovação.

596 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** – Não, é,
597 conforme foi orientado, é, recomendado né, na última reunião plenária, a secretaria executiva fez
598 aí uma proposta de resolução, essa proposta ela tá muito, o modelo né, seguimos um pouco o

599 modelo da resolução 96 que foi a resolução que aprovou o plano da região hidrográfica do
600 Paraguai e aproveitamos também é, algumas orientações até que vem da própria, do próprio
601 Regimento Interno em relação a como se faz o acompanhamento por exemplo do Plano Nacional
602 de recursos Hídricos né. Como é que o conselho faz e como que a câmara técnica de
603 planejamento e articulação vem fazendo. Então por isso que a gente colocou aqui, bem no artigo
604 primeiro, que qual é a função desse grupo de trabalho né. Qual é a competência? É de
605 acompanhar, analisar e emitir parecer sobre a implementação do plano nacional, do plano de
606 recursos da região hidrográfica do Paraguai. Plano esse que foi aprovado pela resolução 96/2018.
607 E, no parágrafo primeiro né, esse parágrafo inclusive, ele te foi tirado um pouco da resolução 96
608 que fala que é, além de se analisar e emitir parecer sobre atualização do plano né, ele vai, esse
609 plano, esse grupo, ele vai estar em funcionamento, obviamente que a gente vai ter que rever isso,
610 mas enfim; tá aqui na resolução até o estabelecimento do arranjo institucional para essa
611 finalidade. Então a gente realmente acredita que seria interessante que o próprio que a própria
612 região lá pudesse ter um comitê, mas a gente sabe que isso não é um processo né, rápido. Mas a
613 intenção, inclusive a ANA e a própria que, a secretaria né, na, via Plano Nacional de recursos
614 hídricos tá com estudo né, para identificar aí algum, arranjos institucionais nessas regiões
615 específicas e é um estudo também que tá dentro do arcabouço aí do plano da região hidrográfica
616 do Paraguai que a agência nacional de águas está à frente. De qualquer forma então tem esse
617 parágrafo que ele fala que o que esse grupo aí ele vai estar fazendo essa implementação, esse
618 acompanhamento né, até que seja aí identificado um arranjo institucional para essa finalidade. E
619 também, e ele vai prever aí, e vai submeter o CNRH obviamente, algumas propostas de
620 atualização do plano né a luz de novas demandas que possam ocorrer aí ao longo desse período
621 de acompanhamento. É, eu acho que o importante destacar que o artigo segundo, que fala da
622 composição né, a gente seguiu o Decreto que essa composição ela deve ter no máximo 10
623 membros, então a gente propôs aqui como representante do Poder Público Federal Ministério de
624 Minas e energia e o Ministério da Infraestrutura, pelos conselhos Estaduais de recursos hídricos
625 obviamente, o estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul né, representantes dos setores
626 usuários; são quatro representantes então sendo um das prestadores serviços públicos e
627 abastecimento de água, esgotamento sanitário, os irrigantes, as concessionárias autorizadas
628 geração hidrelétrica e também uma vaga para pesca, para os pescadores e usuários de água para o
629 lazer e turismo. Então essa é a configuração que a gente está propondo né para o
630 acompanhamento do plano. É, a secretaria, o MDR não entrou aqui a gente até fez uma avaliação
631 que, como a gente está sempre acompanhando né, a gente atua aí como secretaria executiva, seria
632 interessante a gente tá é, mais, e ceder uma vaga né, porque é o Ministério da Infraestrutura pode
633 trazer toda, aquele conhecimento em relação as hidrovias. Porque eles atuam nessa parte aí da,
634 dessa Infraestrutura em relação as hidrovias que é importante ali para região também. Então foi
635 essa a configuração.

636 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Roseli, acho que você
637 esqueceu de mencionar os dois representantes da sociedade civil né.

638 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Ah
639 sim. Vou falar aqui. Da sociedade civil. Desculpa. E dois representantes da sociedade civil que é
640 um das organizações de ensino e pesquisa e um dos organizações não governamentais. Então com
641 isso a gente tem uma composição aí de 10 membros né, para o Plano. A Agência Nacional de
642 Águas ela vai participar né como sempre como apoio técnico dessas reuniões aí fornecendo as
643 informa, dando aí as informações atualizadas sobre a implementação do plano que é, na verdade é
644 ela que faz a implementação do plano né. E em relação à indicação dos membros do conselho, do
645 grupo de trabalho, será indicado pelos membros do Conselho então, o conselheiro da respectiva
646 pasta, do respectivo segmento que fará aí a indicação do seu representante, podendo ser indicado
647 aí até dois suplentes como prever o próprio regimento interno do Conselho. E aí uma questão
648 também que foi bem citada né naquela discussão, que o que o GT, ele pode convidar
649 formalmente colaboradores. Pessoas aí que atuam na bacia do Rio Paraguai né. E essa
650 oficialização será por via secretaria executiva aí. Então com o objetivo de expandir um pouco né,
651 a discussão trazendo aí mais conhecimento para esse grupo de trabalho. Quanto a coordenação
652 do, e a relatoria, a gente identifica aí que a, na primeira reunião aí, de instalação desse grupo
653 deve, deve ter a definição de como que vai ser essa coordenação e relatoria bem como discutido
654 aí a metodologia de trabalho para o GT né. E por fim aí, informamos que caberá o GT realizar
655 informes semestrais encaminhar, e encaminha ao conselho né, e encaminhar um parecer anual né,
656 do trabalho que ele realizou e de tudo aí que ele assimilou, em relação à implementação do PRH
657 Paraguai, mostrando os avanços e dificuldades nessa implementação bem como recomendações
658 para aprimoramento e atualização. E aí a gente também identificou que precisava revogar o artigo
659 segundo da resolução, que é o artigo que fala do antigo GT né, então ele precisa ser revogado e
660 atendendo a um decreto também a gente foi incluído aqui que essa resolução entre uma semana
661 após a data da sua publicação. Então são esses pontos né que a gente incluiu, talvez não fugiu
662 muito do que já é um grupo de trabalho né. Eu acho que só o que tá mais destacado aí talvez é a
663 composição dele. Mas fica aí para discussão.

664 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim. Então vamos abrir o
665 debate, o primeiro inscrito Leonardo Sampaio, na sequência Jordana. Por favor Leonardo.

666 **SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E**
667 **GOIÁS)** - Boa tarde a todos novamente. Fazer aqui um pedido que veio do Conselho Estadual,
668 estadual do Mato Grosso e com o apoio do Conselho Estadual de recursos Hídricos do Mato
669 Grosso do Sul que essas vagas do representante do estado não fossem direcionado ao conselho;
670 mas sim aos órgãos gestores. Sendo que os conselhos já acompanham a elaboração do plano aqui
671 no Conselho Nacional de recursos Hídricos. Então que nesse GT em vez de ficar os conselhos
672 estaduais tanto de Mato Grosso quanto do Sul, ficaria um os órgãos gestores de recursos Hídricos
673 tanto de Mato Grosso do Sul como de Mato Grosso. Essa é a sugestão Wilson.

674 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok acho importante.
675 Roseli se você puder já fazer alteração aí no inciso 2. Dois representantes dos órgãos gestor
676 Estadual de recursos Hídricos.

677 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES)** - Proposta de alteração
678 né?

679 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Isso. É, assim acabou
680 apagando mas se quiser deixar o texto anterior, Ok. Jordana por favor.

681 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES)** – Tá. Então, é, eu não
682 sou favorável a que seja do órgão gestor. Eu acho que o conselho ele tem mais representatividade
683 justamente por ter todos dentro do conselho e o conselho define quem vai fazer a representação
684 dentro do GT. Eu acho que é mais representativo. E em relação ao poder público, também não
685 estou de acordo com o Ministério de Minas e energia, porque eu entendo que aqui é um setor
686 usuário né, da mesma forma então a gente poderia pôr o Ministério da Agricultura, Secretaria de
687 pesca né, todos os outros usuários aqui via seus Ministérios também. Então eu sou favorável a
688 gente manter sim o Ministério do Desenvolvimento Regional e não precisa o Wilson ser
689 necessariamente vocês do Conselho Nacional né. Pode ser a parte das, da, fugiu o nome agora.
690 Outra, outros departamentos aí do Ministério também que às vezes tem essa visão do todo, do
691 amplo e não focado em um único setor. Então eu acho que o grupo de trabalho ele perderia né.
692 Então não sou de acordo. (Ininteligível) estrutura, mas não especificamente hidroviário. Então eu
693 acho que é importante a gente...

694 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** –Tá falhando o seu áudio.

695 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Tá
696 falhando viu Jordana. Vamos passar para o João Clímaco que ai a gente volta para ela né. Tá sem
697 som Wilson.

698 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Eu vou passar para o
699 Clímaco e Jordana, você retornando a gente devolve a palavra. Por favor Clímaco.

700 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
701 **GOVERNAMENTAIS)** - Boa noite a todos novamente. É, eu queria acrescentar algumas
702 informações quanto ao contexto da implementação da, dessa, do surgimento dessa proposta até
703 inclusive... Oi?

704 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu tenho um outro áudio
705 aberto não sei quem é. Por favor se tiverem microfone aberto e puder fechar. Ok Clímaco. Pode
706 falar.

707 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
708 **GOVERNAMENTAIS)** - Eu queria dar, acrescentar algumas informações quanto ao contexto e
709 a Conjuntura da proposta do surgimento dessa proposta é, de, quanto ao Rio Paraguai, dizendo
710 que eu em tese não sou contra nenhuma construção de GTs e grupos que venham contribuir para
711 discussão quer dizer, sempre é bom que as coisas seja discutidas coletivamente. O mais, por mais
712 estranho que nos pareça, porque isso parece estranho para nós, é que o essa proposta apesar de ter
713 essa nobreza no sentido de juntar a gente para fazer uma solução, ela vem mostrar mais uma vez

714 um casuísmo dessa, dessa, desse governo né, porque tudo está interligado; não existe maldades
715 que não seja ligada a outras maldades. O nosso segmento ele foi solapado por uma, foi colocado
716 em segundo plano novamente porque nós estávamos já reiteradamente fazendo propostas que
717 estavam em discussão sobre o mesmo tema que tem essa proposto nessa, nessa, nessa resolução
718 aí, nessa proposta aí, temas recorrentes. E aí como existe um segmento que está insatisfeito com o
719 processo decisório de implementação do plano, ele resolve negociar por outras instâncias e, e
720 leva o governo através do MDR a criar uma outra proposta, deixando de lado um processo de
721 discussão e uma prioridade de um segmento que legalmente está dentro do conselho para fazer o
722 seu papel. Quer dizer, é um desrespeito mais uma vez, assim e uma, e uma atitude discricionária é
723 totalmente absurda porque você tem uma proposta, quando não tem um segmento que não tá
724 concordando com os encaminhamentos que foram dados, então ele inventa outra, cria outra
725 agenda, isso é o casuísmo do fim da boiada né. No final do governo. Porque eu sei que essa
726 proposta aí não porque, por causa de grupo. É porque não tá tendo ressonância nos
727 encaminhamentos até agora, nas decisões tomadas até agora pelo conselho do, os argumentos de
728 quem perdeu o sentido do, perdeu o seu projeto de exploração do Rio Paraguai enchendo mais de
729 100 hidrelétricas para acabar com a pesca. Então assim, é lamentável mais uma vez, quer dizer
730 lamentável mais uma vez saber que mesmo que eu pedi essa vista, e eu vou pedir, a gente vê um
731 casuísmo desse por pessoas que não esperaram terminar nem o governo para poder continuar
732 fazendo maldade em outro lugar e fazer no conselho que, que tinha uma função quer dizer, nós
733 temos uma demanda que foi jogada de lado, jogado no lixo e agora vai atender o setor que tava
734 sentindo satisfeito. Bom. Porque essa esse GT não é nada mais nada menos que a criação de um
735 palco para continuar o processo de impedimento, de impedimento para que haja diretrizes
736 regulatórias gerenciais para vacina do Paraguai até que elas não sejam do jeito que o setor
737 elétrico quer. É lamentável aderência do Conselho, da secretaria do Conselho esse tipo de
738 iniciativa, é lamentável é, a falta de, de discernimento né de entender que isso é uma, é uma
739 agressão né, a sociedade civil e agressão ao povo do, ao povo que tá anos batalhando pelo
740 Paraguai e aí vem mais um casuísmo do setor um setor junto com a burocracia tenta solapar. E
741 agora? Como é que fica a nossa proposta né? Vai fazer o quê com a nossa proposta? Vai jogar no
742 lixo? O tempo todo, tanto tempo de dinheiro público, espaço de esforço técnico que foi feito pra
743 gente conseguir dar consequências nossas, ao que foi decidido pelo conselho, como não tá do
744 jeito que um setor quer e o governo atrelado a essa, essa, a esse interesse inventa um GT, que em
745 tese eu não sou contra mas eu sei que ele é para fazer palco para continuar solapando o que foi
746 decidido na resolução 196 do Conselho Nacional impedindo que ela seja implementada. Isso aí é
747 o que vai acontecer, o que tá acontecendo. Obrigado.

748 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Vou passar para
749 Aparecida e depois devolvo para Jordana que tinha, Jordana você ta, quer concluir? Que caiu no
750 meio da sua fala.

751 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
752 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** – Não. Mas a Jordana que estava
753 falando. Deixa ela concluir. É melhor ela concluir.

754 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Por favor Jordana.

755 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES)** - Eu falo que toda vez
756 que eu vou falar, eu caio ta vendo? É,não. Eu queria só entender. Porque o João pediu a vistas. A
757 gente vai olhar isso e depois aí, depois eu faço isso colocações; que aí a gente nem entra nas
758 discussões.

759 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Você pediu vistas né
760 isso João Clímaco? É. É como vocês comentaram. Esse regimento com vistas ele tá realmente
761 muito, muito burocrático né. Mas João Clímaco, só para confirmar, é isso? Você pediu vistas a
762 esse processo, a esse pedido de resolução né? Essa proposta de resolução.

763 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
764 **GOVERNAMENTAIS)** - É. Meus comentários, é pro pessoal saber o contexto da vista.
765 (Ininteligível)

766 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Tá. Então é.... Ok. Então
767 vamos a, conforme está previsto no regimento, como a gente viu agora há pouco, é, só confirmar
768 quem, quem segue o pedido de vistas conforme proposto pelo João Clímaco.

769 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
770 **GOVERNAMENTAIS)** - Por favor queria que o senhor verificasse o quórum também.

771 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Você pode por favor
772 Roseli, a, a, gente apurar o quórum? Puder projetar Roseli a lista de conselheiros para a gente
773 apurar o quórum e na sequência apreciar o pedido de vistas. Roseli você ta aí viva?
774 Sobrevivendo?

775 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Não eu
776 estou, só tô organizando aqui o, a planilha.

777 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS DE**
778 **ENSINO E PESQUISA)** – Faça isso não rapaz, a mulher... a mulher que... pelo amor de Deus; ta
779 vendo? Ela ta sobrevivendo.

780 **SR. MARCO ANTÔNIO (ANA)** – A funcionária padrão do mês do MDR não iria estar
781 presente?

782 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu não sei se eu comentei
783 aqui no plenário; mas a Roseli recebeu um prêmio de, aqui do MDR de, realmente desempenho,
784 que foi concedido em novembro esse prêmio a Roseli.

785 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS DE**
786 **ENSINO E PESQUISA)** – Parabéns Roseli. Parabéns. Merecidíssimo. Pena que não foi em
787 dinheiro né? Se fosse em dinheiro era melhor.

788 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Nós todos parabenizamos ela. Bem-merecido (Ininteligível)

789 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É devia, devia ser mais
790 30 dias de férias no ano né?

791 **SR. MARCO ANTÔNIO (ANA)** - Uma vaga no Profágua Jefferson.

792 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS DE**
793 **ENSINO E PESQUISA)** – Não. Dinheiro é carimbado. Vem com essa conversa não.

794 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É mas realmente foi, foi
795 muito merecido realmente.

796 **(NÃO IDENTIFICADO)** - Reconhecimento numa área Federal é mais importante do que o
797 dinheiro eu acho né. Ela realmente merece.

798 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS DE**
799 **ENSINO E PESQUISA)** – E o reconhecimento é de todos nós. E sempre foi. Desde antes da,
800 dela receber o prêmio.

801 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É acho que eu, eu, que
802 eu, mencionei algumas reuniões de câmara técnica, mas que eu não tinha mencionado no
803 plenário. É bom constar em ata.

804 **SRA. MARIA DO SOCORRO LIMA CASTELLO BRANCO (CNI)** - Se há uma
805 unanimidade é a Roseli neste conselho.

806 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Boa lembrança Wilson. É importante constar em ata.

807 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS DE**
808 **ENSINO E PESQUISA)** – Oi Socorro, ela tem que estar sendo unanimidade. Ela tá em todas as
809 nossas, nossas câmaras técnicas, nos GTs, então é unanimidade mesmo. Ela é onipresente.

810 **SRA. MARIA DO SOCORRO LIMA CASTELLO BRANCO (COORDENADORA DO GT**
811 **DE ANÁLISE DO RELATORIO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA CFURH)** – Nos
812 socorre em todos os momentos.

813 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - E além de tudo é um doce
814 de pessoa né,

815 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Nossa,
816 desse jeito eu vou...

817 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Você vai cobrar mais caro
818 né Roseli?

819 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - É, vou
820 começar cobrar. Vou começar a vender meu passe aí.

821 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - É podem mandar, podem
822 mandar o presentinho de Natal.

823 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Vocês é que tinham que dar uma, uma, um cargo melhor pra ela aí.
824 Isso sim.

825 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Eu espero que o governo
826 próximo reconheça aí. Essa, esse...

827 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Comentei isso com o diretor logo no meu retorno né. Que ela
828 merecia né não Wilson?

829 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Foi. Ela vai responder
830 agora como coordenadora geral alguns dias, final de ano.

831 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Não
832 gente vamos, não gente, mas está bom. Obrigada. Não. Olha o presente.

833 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS DE**
834 **ENSINO E PESQUISA)** – Você nunca ouviu tanta coisa, tanto elogio junto né Roseli nesses
835 anos todos.

836 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Presente de trabalho bem-feito é mais trabalho pra fazer Roseli.

837 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - É.

838 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – E tem um outro trabalho,
839 a Roseli para quem não sabe a geóloga né, e acho que para ela até arejar um pouquinho aí para
840 além do CNRH, ela vai ser responsável para acompanhar um projeto de cooperação internacional
841 do Aquífero Guarani que nós celebramos esse ano e espero que Roseli continue o ano que vem aí
842 a frente desse projeto. Mas tirando aí, a, esses parênteses, Roseli, você pode por favor então
843 apurar o quórum? Wilson presente.

844 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Ai,
845 Vamos lá. Wilson, outro Ministério, outro Ministério não. Mistério do Desenvolvimento
846 Regional segunda vaga.

847 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (MDR/SNS)** - Gilson, presente.

848 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - É, o
849 Ministério da Justiça, acho que não estava presente, da Defesa também não, relações exteriores
850 também não estava, economia também na, Ministério da Infraestrutura, o Ministério da
851 agricultura pecuária abastecimento,

852 **SR. FREDERICO CINTRA BELÉM (MAPA)** – Frederico, presente.

853 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Oi
854 Frederico. Ministério da Cidadania não estava, Ministério da Educação, Ministério da Saúde,
855 **SRA. ADRIANA RODRIGUES CABRAL (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** - Tô aqui. Adriana.
856 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Oi
857 Adriana.
858 **SRA. MARTA (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** - Marta. Marta presente representando a saúde.
859 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Oi
860 Marta. A Adriana ta aí. A Adriana que ta ali. Tá ok.
861 **SRA. MARTA (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** - Ah ótimo. Ta.
862 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
863 Ministério de Minas e Energia. Marlian? Ministério de Minas e Energia, a Adriana. Adriana que
864 ta. Então ok. Ministério de Minas e energia segunda vaga,
865 **SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME)** - Igor presente. Acho que Marlian ta aí também.
866 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Marlian deve tá curtindo
867 o feriado da Bahia. Não é Marlian?
868 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
869 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério meio ambiente também não estava
870 presente, Ministério do Turismo,
871 **SRA. SINARA LEANDRA SILVA ALVES DE SOUZA (MTUR)** – Sinara, presente.
872 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
873 Ministério da mulher da família dos direitos humanos, e que estava mais, Mato Grosso do Sul,
874 **SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E**
875 **GOIÁS)** - Parabéns Roseli. Presente também.
876 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Distrito
877 Federal,
878 **SR. JOÃO CARLOS COUTO LÓSSIO FILHO (DISTRITO FEDERAL E ESPÍRITO**
879 **SANTO)** – João Lóssio presente.
880 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Ok.
881 Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro,
882 **SRA. IARA BUENO GIACOMINI (SÃO PAULO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO)**
883 – Iara, São Paulo, presente.

884 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -** Oi Iara.
885 Rondônia, Amapá , Tocantins

886 **SRA. CLEANE DO SOCORRO DA SILVA PINHEIRO (TOCANTINS, RONDÔNIA E**
887 **AMAPÁ) -** Cleane,, Amapá, presente.

888 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -** Para,
889 Roraima, Amazonas não estava presente, Maranhão, Ceará, Piauí, acho que o Ramon falou que ia
890 precisar sair,

891 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** Não o Ramom ta aí.
892 Firme e forte.

893 **SR. RAMOM FLÁVIO GOMES RODRIGUES (MARANHÃO, CEARÁ E PIAUÍ) –** Tô
894 aqui.

895 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -** Tá ai?
896 Oi Ramom desculpa! Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia e Sergipe.

897 **SR. EDUARDO FARIAS TOPÁZIO (ALAGOAS, BAHIA E SERGIPE) –** É. Topázio,
898 Eduardo Topázio aqui presente.

899 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -** É,
900 irrigantes?

901 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES) -** Jordana, presente.

902 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -** É,
903 prestador serviço público, abastecimento de água, esgotamento sanitário, Wanderlei,
904 concessionárias autorizadas de geração, ta, opa?

905 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO**
906 **DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO) -** Perdão, perdão,
907 perdão, perdão. Tava fechado o, tava fechado o som. Wanderley da Silva Paganini presente.

908 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -** Tá
909 ótimo. Desculpa que eu não consigo ver que as listinhas. Concessio...

910 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO**
911 **DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO) -** Foi que, fechei o
912 microfone. Desculpa Roseli.

913 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -** Não.
914 Imagina. Concessionárias e autoridade de geração hidrelétrica,

915 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
916 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA) -** Aparecida presente.

917 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Setor
918 Hidroviário,

919 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – - Mônica também ta ai,

920 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - É,
921 indústria,

922 **(NÃO IDENTIFICADO)** - Mário tá em trânsito ju, é, Roseli. Mas ele vai entrar. Vai voltar.

923 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Tá.
924 Pescadores e usuários de recursos hídricos, com finalidade de lazer e turismo,

925 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (PESCADORES E USUÁRIOS DE RECURSOS**
926 **HÍDRICOS COM FINALIDADE DE LAZER E TURISMO)** - Wilson, presente.

927 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Oi
928 Wilson. Comitê de bacia,

929 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
930 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO)** - Presente.

931 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
932 Organizações técnicas de ensino e pesquisa,

933 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS DE**
934 **ENSINO E PESQUISA)** - Presente Roseli. Desde o tempo que você era geóloga. Lembra? Que
935 a gente se conheceu lá atrás. Parabéns, viu. Parabéns. A gente era pequenininho, mas você
936 cresceu. Muito bem.

937 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - É. Era
938 pequenininha. Continuo pequena. Organizações não governamentais, João Clímaco?

939 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Presente ai né?

940 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Tá.
941 Acho que temos quórum né gente. Tem que ter 19, temos *quórum* ai pra continuar. 21.

942 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então, o pedido de
943 vistas, vamos dar sequência ao pedido de vistas, quem concorda com pedido de vistas proposto
944 pelo João Clímaco?

945 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
946 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO)** - É, comitê de bacias concorda inteiramente com o pedido
947 de vistas.

948 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então, um, Anivaldo,
949 agora quem

950 **(NÃO IDENTIFICADO)** - Concordo também.

951 **SR. FREDERICO CINTRA BELÉM (MAPA)** - Ministério da Agricultura também.

952 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Deixa eu só, pra gente
953 organizar.

954 **(NÃO IDENTIFICADO)** - Não sei se é levantando a mão.

955 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Vamos, vamos devagar
956 então. Se puder, acho que é melhor fazer uma coluna parte né Roseli do ladinho?

957 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Não.
958 Eu acho que a gente pode ver quem levantou a mão aqui do lado, se é para pedido de vista.
959 Abaixa quem não é pedido de vista. Já, gente. Então vou confirmar aqui. João Clímaco né que
960 pediu vista, o Anivaldo tá acompanhando, Jordana também né Jordana?

961 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES)** - Também estou
962 acompanhando.

963 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Ok.
964 Frederico Cintra, também do MAPA, Eduardo Topázio do, da Bahia, Leonardo Sampaio da, do
965 Mato Grosso do Sul desculpa, Iara Bueno, São Paulo, Sinara, Sinara do Turismo, desculpa,
966 Ramom do Ceará. Wilson de Azevedo. Turismo. Dez, nove,

967 **SRA. MARLIAN LEÃO DE OLIVEIRA (MME)** - Pessoal vocês me ouvem agora? Eu sou
968 Marlian do MME, só para contar aqui como *quorum* tá? Não falei da outra vez, meu microfone
969 não funcionou.

970 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Então nós temos pedido
971 de vista 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, e quanto que nós temos de quórum Roseli? Porque nesse caso é a
972 maioria simples.

973 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - 21, 21.
974 Deixa eu ver com a Marlian aqui. Espera aí.

975 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Então, eu acho que
976 infelizmente, conforme está previsto no Regimento, eu diria, não foi possível aprovar o
977 regimento, o pedido de vistas. Ok? E vamos dar sequência então na análise. Se eventualmente o
978 conselho entender que não, que não aprova também essa resolução, vamos retomar então as
979 contribuições que vinham sendo feitas. No texto é projetado Roseli por favor. Ok. É, Jordana,
980 você vinha falando e foi interrompida pelo seu áudio.

981 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES)** - Foi. Sim. Então, na
982 verdade a nossa proposta então era que não tivesse Ministério de Minas e energia, a gente tivesse
983 algum outro Ministério né como o MDR. Na questão dos dois representantes, a gente acha que
984 mantém os conselhos estaduais né, e eles escolhem quem vai, e dentro dos usuários a gente acha
985 extremamente importante que tenha o setor hidroviário. Porque para essa bacia né, para essa
986 região, ele é extremamente, extremamente importante. Então a nossa proposta seria essas
987 alterações.

988 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. É, com relação aos
989 representantes federais, acho que não tem o que questionar, que foi um alinhamento feito entre os
990 órgãos federais né. Essas duas representações, sobre esse ponto de órgãos gestor Estadual,
991 Conselho Estadual, já queria até mencionar que uma posição. Conforme o decreto 10000, ele
992 prevê que é representação no conselho são de 9 representantes de conselhos Estaduais de recursos
993 Hídricos. Então queria comentar Leonardo, que eu entendo que a gente precisa da coerência de
994 manter o que está previsto já no decreto para que no grupo também fique Conselho Estadual de
995 recursos Hídricos. Ok?

996 **SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E**
997 **GOIÁS)** – É, Wilson eu até, não. Eu até acho que Ok; não tenho, eu acho assim vamos lá.
998 Primeira coisa, o grupo trabalho não, não quer dizer que precisa ser os mesmos representantes do
999 conselho. Mas assim, eu até coloquei que eu era favor do pedido de vista porque eu acho que a
1000 gente não vai entrar num acordo com esse, com esses representantes aqui. Porque tem setores que
1001 estão opinando em setores diversos, então tem setores que está falando, Ah eu quero meu setor,
1002 mas eu quero também o setor tal, tal, tal e o outro eu acho que não deve acompanhar então eu
1003 acho difícil a gente chegar num acordo. Por isso que eu tava até, a favor do pedido de vista do
1004 Clímaco. Mas assim, eu vou encaminhar mais aqui e vou ver como que vai seguir esse
1005 encaminhamento. Porque dependendo de como ficar, eu também vou fazer algumas sugestões
1006 porque eu também se for assim, eu acho que, concordo com a Jordana que precisa ter o setor de
1007 hidroviário no grupo, mas assim não sei se concordo se precisa ter o irrigante lá. Porque nós
1008 temos poucos irrigantes dentro da área do Pantanal também. Então dependendo de como for
1009 continuar o encaminhar das questões, assim, eu vou querer dar também a minha sugestão de
1010 como que eu acho tem que ficar a composição do GT.

1011 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Bem, eu,

1012 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1013 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** – Eu tô inscrita também ta Wilson.

1014 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Ok. Vou passar então aqui
1015 na ordem, Anivaldo, eu acho que o senhor ainda não falou não é isso? Anivaldo por favor.

1016 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1017 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** – É porque a gente teve que abaixar a
1018 mão Wilson. Eu era a seguinte né, depois da Jordana. (Ininteligível)

1019 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - É? Ah desculpa. Então
1020 acho que foi isso. Porque, por conta da, da votação sobre quem estava de acordo né? Tá.

1021 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1022 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** – Da votação lá, os outros abaixaram a
1023 mão.

1024 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Tá. Então eu vou ceder
1025 então para Aparecida, Anivaldo, e já passa para o senhor na sequência. Por favor Aparecida.

1026 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
1027 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO)** - Não. Vamos respeitar. Ela estava antes.

1028 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Ok. Obrigado.

1029 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1030 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** – Obrigada Anivaldo. Eu, eu concordo
1031 com Leonardo sobre a questão do órgão gestor pelo seguinte; a gente tem nessa tentativa de criar,
1032 e aí eu queria até que você repensasse sabe Jordana. A tentativa de criar esse GT, que ele seja
1033 minimamente um espelho do comitê. Dentro de um comitê de bacia não cabe Um Conselho
1034 Estadual. E vou além; se a gente está no espelho de comitê, num conselho estadual tem todos os
1035 segmentos que têm no comitê de bacia que é o que já tem aqui no grupo. No representante do
1036 Conselho, a gente ia estar replicando de alguma forma, um representante de algum desses
1037 segmentos que já estão considerados do grupo. Então é por isso que eu acho que o órgão gestor é
1038 importante e pelo trabalho que eu vi, que acompanhei durante toda a existência do GAP, da
1039 importância que foi do trabalho do Noqueli, do Leonardo ta, é, é, é, com as coordenações do
1040 GAP ta, fazendo a, como é que fala? A alternância entre eles e a gente sabe o tanto que isso foi
1041 importante para que a gente conseguisse segurar esse dado. Então é muito mais em termos do que
1042 a gente viu de experiência ta, do que como qualquer outra coisa. Aí é por isso que eu queria que
1043 você repensasse sabe Jordana essa questão do Conselho Estadual e de órgão gestor de você não
1044 concordar. Sobre a hidrovía a gente não pode esquecer que as hidrovias que a gente tem lá são
1045 hidrovias federais que estão dentro do Ministério de Infraestrutura. Então não precisa da gente
1046 ocupar uma vaga de usuário com hidrovía se ela tá representada lá no Ministério de
1047 Infraestrutura. as apresentações que a gente teve de hidrovía durante a existência do GAP, quem
1048 apresentou foi o Ministério de Infraestrutura. Então é só assim para a gente poder de repente
1049 conseguir abarcar outros usos e não ficar replicando. Essa é a minha, a minha tentativa. E
1050 concordo Wilson, quando você diz que entre os Ministérios vocês fecham entre vocês, como a
1051 gente sempre faz em comitê de bacia. E entre usuários a gente resolve entre a gente se tá
1052 atendendo se não tá atendendo.

1053 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É. E, o, é, sim. Só
1054 corroborar que inclusive a inserção do Ministério da Infraestrutura foi em função dessa questão
1055 da importância da hidrovía para a área né. Então o Ministério da Infraestrutura vai representar

1056 muito bem aí o plano viário. Então é, deixa. Vamos continuar aqui nos inscritos, o próximo então
1057 vou seguir agora Anivaldo ok.

1058 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Wilson e, o MME, vocês fecharam questão também?

1059 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Sim.

1060 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
1061 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO)** - Certo, Bom eu só vou me pronunciar, bom só vou me
1062 pronunciar... Certo. Eu vou me pronunciar para, apenas para corroborar inteiramente as
1063 declarações do conselheiro o Clímaco, eu volto a manifestar total estranheza por esse empenho
1064 em criar para acompanhar um plano de bacias né, o Conselho Nacional é, se tornar encarregado
1065 disso, É, essa estratégia ela é bastante clara quando você percebe que aqui há um interesse
1066 corporativo fortíssimo, acho que o conselho não deveria evidente, conciliar com esse tipo de, de
1067 ação. Nós temos câmaras técnicas exatamente para cuidar desse assunto, mas quando é o próprio
1068 conselho uma forte inspiração corporativista que cria um grupo exatamente para acompanhar o
1069 plano de bacias né, numa bacia que já deveria é, ter o seu próprio comitê e os comitês com sua
1070 própria autonomia realizando essa questão, então eu sou completamente contrário. Quero
1071 registrar em ata entendeu, nossa veemente oposição a essa proposta. Aí, e por assim dizer,
1072 encerro aqui a minha participação. Obrigado.

1073 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Ok.
1074 Obrigado Anivaldo. É, o Frederico do MAPA.

1075 **SR. FREDERICO CINTRA BELÉM (MAPA)** - Oi Roseli. Não; só para pontuar que pelo que
1076 a Jordana colocou da representação do Poder Público Federal, assim, nós não conseguimos
1077 acompanhar todos os grupos de trabalho e talvez né se a gente conseguisse colocar o MDR né,
1078 que nós temos maior proximidade de trabalho para ser representante, talvez seria né, eu acho que
1079 seria mais representativo. não sei. E como vocês falaram que a Infraestrutura né, pautou várias,
1080 várias vezes né, vários pontos importantes como da hidrovia, permaneceu da Infraestrutura.
1081 Agora se já realmente for ponto batido né, martelo batido, e a gente a gente vê como é que segue
1082 aí na votação. Mas se ainda puder relevar esse ponto e colocar em pauta para ver se podemos
1083 mudar algum dos Ministérios, acho que seria, é, válido.

1084 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Ok. A
1085 sugestão do Frederico, Wilson, é que o MDR volte né, sendo um dos representantes, que ele acha
1086 que vai ser mais representativo do que o Ministério de minas de energia por exemplo né. Mas é
1087 uma questão que a gente vai ter que avaliar.

1088 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É, eu só queria fazer um
1089 comentário porque a própria resolução já prevê suplências. E eu acho que a gente poderia prever
1090 a suplências de dois Ministérios. O MDR,

1091 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Eu iria
1092 sugerir isso.

1093 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É. o próprio MDR como
1094 suplente e o MAPA também como suplente.

1095 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Talvez
1096 o MDR titular e,

1097 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu prefiro que, eu prefiro
1098 que o MDR seja suplente tá. Então a gente pode colocar o MDR suplente do Ministério de Minas
1099 de energia, e o mapa suplente do Ministério de Infraestrutura. isso inclusive viabiliza a
1100 participação formal dos suplentes também né. no grupo. Então acho que isso é interessante. E
1101 acho que com isso a gente contempla aí as várias representantes de políticas públicas afetas aí a
1102 bacia do Paraguai né. Ok? Frederico.

1103 **SR. FREDERICO CINTRA BELÉM (MAPA)** – É. Melhora um pouco né Wilson. Mas assim,
1104 o voto ainda permanecendo do MME né?

1105 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É. Eu não tenho dúvida
1106 da importância do Ministério de Minas e energia para, para as discussões. Sabendo do histórico
1107 inclusive dos últimos GTs eu não vejo, não tem, não entendo por que o Ministério de Minas e
1108 energia não seria suplente né. Essencial que seja inclusive. É, desculpa, que seja titular. Assim
1109 como a política de hidroviária também que é coordenada pelo Ministério da Infraestrutura, até o
1110 momento né não sei como que vai ser a partir de janeiro, mas acho que é uma boa, um bom
1111 encaminhamento.

1112 **SR. FREDERICO CINTRA BELÉM (MAPA)** - Tá bom. Tá; vamos deixar os outros então se
1113 manifestarem.

1114 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É. Perdi um pouco aqui a
1115 ordem Roseli. Você pode, você pode verificar?

1116 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - É, o
1117 João Clímaco.

1118 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok.

1119 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1120 **GOVERNAMENTAIS)** - Eu queria perguntar ao secretário o quê que vai fazer com a proposta
1121 que tá em tramitação, que seguiu o rito normal do seu Regimento, foi, foi para a câmara técnica tá
1122 lá, quer dizer; espera-se, cumpriu-se todo o ritual do regimento, agora veio essa proposta
1123 intempestiva, de cima para baixo é feita pelo governo, e vai jogar Nossa no lixo? Como é que é
1124 tudo que tá sendo proposto lá?

1125 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Como eu coloquei na
1126 reunião do dia 29. Primeiro; a proposta que foi feita pelo FONASC e está em análise na CTAL,
1127 está pendente de com, da CTPA, ela não é sobre criação de estrutura de acompanhamento do

1128 plano. É, pelo que eu conheço da proposta é para que incorpore um estudo realizado ao plano.
1129 São matérias de mesma natureza mas são distintas.

1130 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1131 **GOVERNAMENTAIS)** - Não. Tem também a questão do comitê de bacia. Tem também a
1132 questão do comitê de bacia né? E,

1133 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É, eu não lembro desse
1134 ponto Clímaco. Se puder esclarecer pra gente,

1135 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Eu
1136 acho o Wilson, eu acho que a gente, vai seguir a tramitação normal tá, João, lá dentro da CTPA e
1137 aí a luz aí do que saiu também desse GT a gente vai ter que, a própria CTPA vai ter que avaliar.
1138 Mas ele propõe além dessa incorporação do estudo Wilson, uma questão de atualização e de um
1139 acompanhamento lá, porque ele acha que o acompanhamento lá pelo, pela sua proposta do
1140 FONASC, teria o acompanhamento, a implementação pela ANA e pelos órgãos gestores né. E aí
1141 teria, ele propõe ali um acompanhamento específico. Mas eu acho que a gente vai ter que quando
1142 sair esse, essa resolução né, e a gente encaminha lá para CTPA para que ela possa avaliar. Então
1143 como é que pode incorporar ou aperfeiçoar a proposta do FONASC.

1144 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1145 **GOVERNAMENTAIS)** - Eu entendo que a câmara não é terminativa. Ela é assim: ela se ela
1146 recebeu um processo legalmente, dentro dos tramites legais, ela tem que mudar, ela não é que tem
1147 caráter terminativo. Ela tem que encaminhar. Ela tem que dar um parecer como, assim como esse,
1148 essa proposta aí não vem com, com parecer, nada, tudo assim de cima para baixo, a nossa teria
1149 que estar, a câmara fazer um parecer e decidir, e mandar para plenária decidir. quer dizer; a
1150 câmara não tem poder de acabar com o processo. Eu não vejo assim. Então cada vez tenho mais
1151 certeza, é um casuísmo muito grande.

1152 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – O processo vai dar
1153 continuidade. O processo ficou pendente e ele vai dar continuidade é, Clímaco. Ele não ele, ele
1154 não foi arquivado vamos chamar assim. Ele tá em análise na CTPA. Ok? Agora se o senhor
1155 recordar, esse item não foi proposto pela CTPA; a proposta da CTPA na reunião passada era que
1156 a própria CTPA dessa continuidade ao, ao cumprimento da obrigação de acompanhar esse plano
1157 de recursos Hídricos. Mas na reunião passada, é foi quando se solicitou essa proposta de
1158 resolução que a gente está em discussão hoje ok.

1159 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1160 **GOVERNAMENTAIS)** - Mas a nossa proposta é antecedente é essa e, é recorrente ao que tá
1161 sendo discutido nesse CTPA. O que eu tô querendo dizer é que eu não vejo necessidade de se
1162 inventar uma outra coisa só porque o jogo não tá sendo do jeito que se quer. O que é que se vai
1163 fazer com a nossa proposta? Os conteúdos dela e tudo mais? Qual é o terminativo dela? Vai ser lá
1164 na Câmara?

1165 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Não. Ela, a câmara como
1166 você, o senhor disse. É, a câmara é, obrigatoriamente vai emitir um parecer e submeter pro
1167 plenário decidir. Quem decide é o plenário realmente.

1168 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1169 **GOVERNAMENTAIS)** - E quando o senhor tá achando que isso vai acontecer diante desse
1170 novo quadro real, é, Conjuntural que está aí?

1171 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Uai, eu acredito que a
1172 tendência é que ocorra né. Não sei. Acho que nenhum assunto da do CNRH que não foi
1173 concluído esse ano vai se perder. Essa é uma preocupação nossa e a gente registrou tudo isso nos
1174 relatórios de transição inclusive para os próximos 100 dias de governo ta. Então esse é um dos
1175 itens que ficou pendente de análise e que consta nos autos que devem ser, deva-se continuar a
1176 discutir o ano que vem.

1177 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1178 **GOVERNAMENTAIS)** - Diante do que o senhor tá falando, o senhor não acha que é
1179 intempestivo inventar um outro índice, para poder mexer com o mesmo assunto quando isso já
1180 estava em tramitação para poder ser decidido pelo conselho? A não ser que a...

1181 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Olha Clímaco, se você se
1182 lembrar, a Roseli foi muito enfática em mostrar contrariedade a criação desse GT na reunião
1183 passada. Então aqui a gente está seguindo a maioria do plenário né. E todos aqui cumprimos...

1184 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1185 **GOVERNAMENTAIS)** - Está seguindo a pressão do setor (Ininteligível) qual é o processo,
1186 número do processo, como é que isso não foi parar na câmara técnica pra gente discutir para vir
1187 depois para plenária? Vem logo para a plenária. Isso é o que eu acho...

1188 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É. Mas foi
1189 encaminhamento da plenária passada Clímaco.

1190 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Mas foi
1191 decisão da plenária viu João.

1192 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Foi decisão da plenária
1193 passada.

1194 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1195 **GOVERNAMENTAIS)** - É tudo arranjo isso... Não isso ai ta...

1196 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - A gente
1197 tem que avançar João. Depois a gente avalia a sua proposta. Se não a gente não vai conseguir
1198 avançar. E tem mais um item de pauta e a Liliana vai precisar sair e ela que está por dentro desse
1199 assunto.

1200 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1201 **GOVERNAMENTAIS)** - É mais um casuísmo que a gente tem que registrar em ata como o fato
1202 de final de governo para poder resolver de qualquer jeito no interesse corporativo e de setores que
1203 não é, que não estão seguindo o rito normal do Conselho né. Eu, realmente é um final de festa
1204 muito triste,

1205 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É, eu gostaria de propor o
1206 seguinte; eu gostaria de propor pelo adiantar das horas encerramento da reunião e esses dois itens
1207 ficam pendentes na obrigatoriamente conforme o Regimento, para obrigatoriamente na próxima
1208 reunião estar pautado.

1209 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Wilson, não, questão de ordem Wilson. Peraí. Nós colocamos isso
1210 em pauta na última reunião, mostramos.

1211 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1212 **GOVERNAMENTAIS)** - (Ininteligível) Você está se expondo muito (Ininteligível)

1213 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Agora eu to falando Clímaco. Eu ouvi você falar. Por favor. Nós
1214 colocamos isso em pauta na última reunião, foi votado pela plenária, não por um setor em
1215 especial, a plenária decidiu, o argumento que se colocou é que nós temos produtos a serem
1216 entregues no semestre que vem, que a gente precisa que seja analisado e não somente informado,
1217 sabe, que seja analisado pelo grupo, essa questão de ficar demorando sabe, nessa discussão, nessa
1218 coisa toda, é para poder acontecer justamente isso que você ta propondo. E ai (Ininteligível)

1219 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É. e eu confesso que eu já
1220 tô bastante cansado viu. Mas,

1221 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Não. Mas é todo mundo. Não dá! Vamos colocar isso em votação e
1222 ponto.

1223 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1224 **GOVERNAMENTAIS)** - (Ininteligível) É um casuísmo que você não precisa se expor a ele. O
1225 conselho já decidiu...

1226 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Ô Clímaco, por favor. Isso foi votado não foi só pelo setor, um setor
1227 ou outro não. Teve votação, teve maioria escaixa, acachapante, então por favor não venha com
1228 esse tipo de fala. Não foi assim. Pega a votação que teve (Ininteligível)

1229 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Então vamos fazer um
1230 esforço aqui de concluir a votação,

1231 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1232 **GOVERNAMENTAIS)** – (Ininteligível) Do governo, isso é... (Ininteligível).

1233 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Calma gente.

1234 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** –Desculpa. Vamos então
1235 fazer um esforço, não foi aprovado pedido de vistas, estamos com quórum adequado, então
1236 vamos seguir ok. É, próximo inscrito aqui para falar,

1237 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1238 **GOVERNAMENTAIS)** – É um absurdo isso.

1239 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É a Jordana. Por favor
1240 Jordana.

1241 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES)** - Gente, uma questão
1242 que eu acho que a gente tem que avaliar realmente é questão do horário. Já são 7:30 a gente tem
1243 duas pautas né. A gente vai ficar discutindo isso aqui. E eu não concordo ainda da gente não ter o
1244 MDR como titular né, em relação à questão, o Léo, eu acho que por exemplo; hoje você tá aí pelo
1245 conselho né, no CNRH. Então não é um problema essa articulação dentro do Conselho. Então é
1246 realmente uma representação e é o que tá sendo colocado e é o que representa a composição do
1247 Conselho né. Aqui a gente não está fazendo um GT de comitê ou de nada. É do Conselho. E eu
1248 entendi a questão do usuário né, ser digamos, representado pela Infraestrutura. Então é uma
1249 questão deles. E só para colocar a questão da irrigação, lembrar aqui quê, que metade do Estado
1250 do Mato Grosso do Sul tá dentro do da bacia do Paraguai e é um estado novo né; que tá
1251 começando a crescer. Só isso.

1252 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Wilson Azevedo.

1253 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (PESCADORES E USUÁRIOS DE RECURSOS**
1254 **HÍDRICOS COM FINALIDADE DE LAZER E TURISMO)** - Obrigado Wilson. Não, é só
1255 queria manifestar a minha posição que eu sou a favor da participação dos conselhos Estaduais de
1256 recursos Hídricos né. Se órgão gestor faz parte do Conselho, com certeza faz parte, ele tem que se
1257 articular lá dentro para resolver né, essa questão; se ele quiser ser representante. Isso faz parte né.
1258 Pois é, e sobre a questão do Ministério de Minas e energia, eu também fico um pouco preocupado
1259 porque como foi dito anteriormente não me lembro por quem, que o Ministério da Infraestrutura
1260 já representa o setor hidroviário. Né? E bom. E aí nós ca, ,ele não poderia, não necessita figurar
1261 entre os representantes do, dos usuários, o setor usuário em vista do Ministério da Infraestrutura
1262 está aí. Agora nós temos Ministério de Minas e energia, que eu acho que também deveria ser o
1263 MDR como titular né. Já que o Ministério, já que o setor de geração de energia, tem representante
1264 no segmento dos usuários. Tá certo? Então era isso que eu queria ponderar. Obrigado.

1265 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Acho que foi o
1266 último inscrito né, não; Leonardo.

1267 **SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E**
1268 **GOIÁS)** – É. Wilson é, obrigado. É só para complementar aqui né, em Jordana, Jordana e Wilson
1269 também. É, sinceramente assim eu não tenho problema do Conselho continuar como indicação
1270 não. Eu tô fazendo aqui, como eu falei, tô fazendo uma solicitação porque os membros dos

1271 conselhos são articulados e conversam entre si. Então o meu companheiro do Mato Grosso, do
1272 Conselho Estadual de Mato Grosso, Noqueli, ele fez essa a solicitação que o conselho do Mato
1273 Grosso do Sul representado por mim, aceitou e aprovou e assim esse pedido precisa ser feito
1274 aqui. Mas assim o que eu acho mais complicado é a gente trabalhar querendo determinar o que os
1275 outros setores vão que achar melhor para composição. Eu acho que, aí eu vou defender os
1276 Ministérios, eu não, não, não vou dar minha opinião, quem deve ficar ou que deve sair, mas que
1277 deve ser uma decisão do governo federal. Quais são os Ministérios que devem ficar com o titular
1278 e quais são os Ministérios devem ficar com suplência. Do mesmo jeito que os usuários tem que
1279 entre os usuários tem que falar quem que vai ser sua representação lá dentro do GT. E dentro do
1280 poder público estadual é, eu com representante do Conselho, em nome também do representante
1281 do conselho do Mato Grosso, é, não posso dar minha opinião falando que o conselho acha mais
1282 importante estar o poder público lá, já com os conselhos já fazem parte aqui no Conselho
1283 Nacional de recursos Hídricos; então eu assim, eu só tô achando que a gente ta, que eu tenho
1284 menos força como conselho aqui para decidir, um membro do estado Mato Grosso do Sul, que é
1285 o conselho, do um setor de usuários. Acho só isso que eu sou contra. Não, nada, nada, nada
1286 pessoal mas assim; eu acho que cada segmento devia tratar das suas indicações e pronto e
1287 seguimos o barco. Mas tudo bem. Tô aqui, a gente vai trabalhar para tentar fechar essa minuta.

1288 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Não; concordo Leonardo.
1289 Maria do Socorro,

1290 **(NÃO IDENTIFICADO)** - Wilson, Wilson. Uma questão, questão de ordem. Desculpa; eu acho
1291 que nós temos que fechar a palavra e partir para os encaminhamentos. Me perdoa. Já são 7:40 da
1292 noite, e eu acho que não dá mais para ficar nessa argumentação né. Fora uma questão de ordem,
1293 vamos encaminhar. (Ininteligível) e vamos votar, por favor. Acho que nós estamos abusando do
1294 conselho, estamos desde as 2 horas da tarde aqui, e me perdoa. Eu acho que (Ininteligível) vamos
1295 pros encaminhamentos.

1296 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim. Ok. Sim, sim, sim,
1297 sim. Com certeza. É, vamos lá. Não. Ta corretíssimo. Ok. Vamos Fechar, sim com certeza. Não,
1298 ta certo. Ok; queria fechar então aqui na, na última inscrita que é a Maria do Socorro e a gente
1299 encerra para a gente encaminhar essa matéria. Por favor Socorro.

1300 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - A
1301 gente não está te ouvindo Socorro.

1302 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Maria do Socorro, É, não
1303 estamos te ouvindo.

1304 **SRA. MARIA DO SOCORRO LIMA CASTELLO BRANCO (COORDENADORA DO GT
1305 DE ANÁLISE DO RELATORIO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA CFURH)** - De
1306 fato, o item dois... Me ouvem agora?

1307 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Sim.

1308 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – Sim.**

1309 **SRA. MARIA DO SOCORRO LIMA CASTELLO BRANCO (COORDENADORA DO GT**
1310 **DE ANÁLISE DO RELATORIO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA CFURH) - Na**
1311 **composição dos representantes, o item dois é o mais complexo mesmo. Porque eu acho que o**
1312 **conselho na minha opinião, é mais é representativo do que o órgão Estadual. É um espaço mais**
1313 **representativo do que o órgão estadual e que o órgão Estadual pode se fazer representar pelo,**
1314 **diante do Conselho. Até porque se todos aqui se, como Leonardo falou ele está aqui**
1315 **representando o conselho, por que não colocar o conselho? E essa é a questão. Ele não tá, eu não**
1316 **tô entendendo que ele tá participando aqui como representante do órgão é, estadual; mas como**
1317 **representante do Conselho Estadual de recursos Hídricos do estado dele. Então é isso. Somente**
1318 **essa consideração.**

1319 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Ok.**

1320 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – Ok. Então eu queria**
1321 **encaminhar primeiro sobre o item 1, os que estamos aqui, eu gostaria de fechar a discussão então**
1322 **de forma que fique titular Ministério de Minas e energia, como suplente um MDR e um do**
1323 **Ministério de Infraestrutura como suplente e o Ministério da agricultura pecuária abastecimento.**
1324 **Ok? todos concordam? do Ministério do governo federal permaneça como está. Que acho que é**
1325 **quem tem que se manifestar sobre esse item. Ok. Então temos esse item como aprovado. Sobre o**
1326 **item 2, Leonardo, a gente precisa encaminhar né. Sobre essa questão de órgão gestor de recursos**
1327 **Hídricos, de fato, os representantes dos conselhos hoje são de órgãos gestores de recursos**
1328 **Hídricos, não é isso? Tanto você, tanto o Noqueli?**

1329 **SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E**
1330 **GOIÁS) - Sim Wilson. É isso que eu te falei eu, eu tô aqui representando o conselho tanto de**
1331 **Mato Grosso, como Mato Grosso do Sul, como também de Goiás.**

1332 **(NÃO IDENTIFICADA) - Gente, já foi colocado. Vamos votar.**

1333 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – Ok.**

1334 **SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E**
1335 **GOIÁS) - Tá. Só tô colocando que eu, eu abro mão, pode deixar a indicação do conselho. Mas**
1336 **também é, eu vou querer também indicar na vaga de os usuários aquelas pessoas que eu acho**
1337 **também que, que tenha mais revelo, relevância dentro do esc, do, da vacina do Paraguai. É só**
1338 **isso. Abro mão, pode deixar do conselho estadual de Recursos Hídricos.**

1339 **(NÃO IDENTIFICADA) - Tá ótimo**

1340 **(NÃO IDENTIFICADO) - Wilson, vamos encaminhar isso aí pelo amor de Deus. Vamos**
1341 **encaminhar.**

1342 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok.. Então quanto a 82,
1343 quanto a 82 então, aprovado com dois representantes de Conselho Estadual de recursos Hídricos.

1344 **(NÃO IDENTIFICADO)** - Isso. Quem é contra quem é a favor.

1345 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok? Pronto acho que
1346 todos estamos a favor então né. O Leonardo acabou abrindo mão, eu agradeço viu Leonardo pela
1347 compreensão para a gente avançar nessa pauta. É, quanto ao item 3, os representantes do setor
1348 usuário, sendo um dos prestadores de serviço de abastecimento de água, um dos irrigantes, um
1349 das concessionárias de geração de energia e onde pescadores usuários de água para o lazer e
1350 turismo; todos concordam ok? Ok. Sobre o item 5,

1351 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1352 **GOVERNAMENTAIS)** - Wilson.

1353 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - 2 representantes da
1354 sociedade civil, sendo um das organizações técnicas de ensino pesquisa e um da organização não
1355 governamental. Todos esses representantes a serem indicados pelos conselheiros respectivos. Por
1356 Por fa... A, pois não Clímaco.

1357 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1358 **GOVERNAMENTAIS)** - Por favor Wilson. É, no caso do representante da, é muito importante
1359 a representação do setor de pesca para lazer e turismo, devido ser uma atividade econômica de
1360 grande impacto na região né. Contudo, a outra atividade de cada pesca que é o grande impacto
1361 econômico que existe no setor de pesca não voltada para lazer e turismo, é expressivo. E eu acho
1362 que a resolução ela, ela deixa a desejar né, no caso, essa, descumprindo inclusive uma
1363 consequência que já existe nos estudos que foram feitos da importância desse segmento. Eu
1364 sugiro que esse seguimento seja (Ininteligível). A pesca não...

1365 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - É. Eu não... Ok, vamos
1366 chamar assim da pecuária né. Eu entendo que estaria representado pelos representantes dos
1367 irrigantes se eu não me engano, Jordana é isso? Da CNA?

1368 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Acho
1369 que ele ta falando, que, acho que ele ta falando da pesca Wilson.

1370 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES)** - É; deixa eu entender.
1371 Ele ta falando de pesca de lazer e pesca econômica né?

1372 **(NÃO IDENTIFICADO)** - Ta demais isso Wilson. Pelo amor de Deus. Vamos pra frente. Isso
1373 Wilson, já foi falado. Estamos repetindo.

1374 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -Não.
1375 deixa desse jeito mesmo.

1376 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - A, então acho que já ta, ta
1377 (Ininteligível), então.

1378 **(NÃO IDENTIFICADA)** - É como ta na lei gente.

1379 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Isso. É como está no
1380 decreto que eventualmente for revisado posteriormente,

1381 **(NÃO IDENTIFICADA)** - (Ininteligível) 433.

1382 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Isso. Ok, então e os
1383 representantes da organização técnica de ensino e pesquisa e organização não-governamental.
1384 Ok. Então acho que tendo em vista essa questão mais complicada da formação, queria colocar
1385 para aprovação o texto da resolução para aqueles que concordam permaneça como esta, para
1386 aqueles que queiram se manifestar abstenção ou contrariedade podem fazer agora no chat para
1387 fins de registro na ata. Jordana, se abstém ou contrária Jordana,

1388 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES)** – Contrária.

1389 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Ok. Frederico Cintra,

1390 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1391 **GOVERNAMENTAIS)** – Sou contrário.

1392 **SR. FREDERICO CINTRA BELÉM (MAPA)** - Contrário também Wilson.

1393 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Ok, João Clímaco,

1394 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1395 **GOVERNAMENTAIS)** - João Clímaco é contrário. Contrário.

1396 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Contrário. Representante
1397 do sociedade civil mais alguém tão Ok registrado essas três contrariedades à aprovação e declarar
1398 então aprovado o texto da resolução. Ok? É, vamos seguir então para o último item de pauta
1399 deixa eu mesmo fazer aqui um Informe em função da Liliana já ter saído. Anderson você tá aí?
1400 Quer falar você?

1401 **SR. ANDERSON** - Sim, tô sim Wilson. Posso falar.

1402 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – por favor

1403 **SR. ANDERSON BEZERRA (COORDENADOR DA CÂMARA TÉCNICA DE**
1404 **OUTORGA E COBRANÇA)** - Ok. Muito rapidamente, quatro slides praticamente é, 4 minutos
1405 ok. Então, fazer uma síntese da desse informe da sobre a resolução 70, o próprio CNRH plenário
1406 determinou que essa revisão seja feita né, e o tema foi diretamente direcionado a Câmara Técnica
1407 de Outorga E Cobrança. E nesse ano de 2022, já foi criado então o GT em Julho, esse GT está
1408 em vigor né, ainda tem mais seis meses de vigência né. E até o momento ele chegou a um

1409 histórico do processo de construção da resolução 70 e suas atualizações. O CNRH deve informar
1410 a ANA anualmente as prioridades para aplicação dos recursos da CFURH no ano subsequente né,
1411 até 15 de junho. Caso haja consulta, ela deve ser deflagrada até 20 de dezembro de 2022. Isso é
1412 totalmente inviável é, dado as pautas desse ano né então da CTOC desse ano né. Então a, a
1413 CTOC então deliberou fez alguns ponderações, na última reunião, durante a 17ª reunião, é
1414 entendimento unânime da câmara para subsidiar a decisão do conselho sobre a matéria então, que
1415 a CTOC pode né, deve fazer essa atualização. É, houve a consulta pública no âmbito do Plano
1416 Nacional de recursos Hídricos que foi muito participativo né, todos participaram aqui do
1417 Conselho também, o GT que foi criado para revisão da 70 tá em vigor então até 2023 como eu
1418 falei, a Ana enviará ao CNRH também o programa de gestão anual né, do 2023 até março do
1419 próximo ano, a CTOC tá monitorando né, anualmente aplicação da CFURH como a gente viu na
1420 aprovação de hoje, é exíguo o tempo né, da, pra a gente preparar uma consulta e deflagrar até
1421 dezembro. Então realmente inviável. E as conclusões da CTOC, sugerir o CNRH que delibere
1422 sobre a suspensão do processo de consulta né, estabelecido pela 70 uma vez que ela tá em vigor.
1423 Ela não foi revogada é mesmo com a resolução que aprovou um novo plano nacional de recursos
1424 Hídricos e já indicou até 2026, que é aquelas ações e metas de curto prazo que são as prioridades
1425 para aplicação da CFURH. Né? Tá lá na 232. A, já que né, então o plano nacional já fez essa
1426 série hierarquização dos tempos né. Curto, médio e longo prazo como sendo um tipo, um
1427 estímulo a definição de prioridades para aplicação dos recursos da CFURH. E por fim aplicação,
1428 a priorização da aplicação desses valores pela ANA nas ações voltadas ao alcance das metas de
1429 curto prazo no PNRH no biênio 2023/2024 seria adequada. Então a ANA já está considerando já,
1430 o, a aplicação neste ano 2022, até do próximo ano também a questão de curto prazo definido no
1431 plano nacional de recursos hídricos. Caso aceita né, a sugestão que a CTOC que deliberou, aqui
1432 pela, por essa plenária, é observar que a resolução 95 já deixou claro que não é necessário uma
1433 resolução ok. É, sim uma comunicação, algum comunicado formal do CNRH para que a ANA né,
1434 que tenha, tome conhecimento que não é necessário fazer não foi necessário fazer a consulta e
1435 que é o que está valendo realmente é o que tá na 232 até que seja concluído os trabalhos da
1436 resolução 70. Então é muito importante a gente deliberar ainda hoje é, sobre isso né sobre essa
1437 recomendação da CTOC, uma vez que está em vigor a 70 e que é ao mesmo tempo a 232 já
1438 deixou claro que as prioridades da aplicação CFURH de curto prazo né estão lá estabelecer no
1439 PNRH. Ok? Era basicamente isso Wilson.

1440 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu gostaria de sugerir o
1441 encaminhamento um pouco diferente se todos concordarem. Para o horizonte de aplicação dos
1442 recursos CFURH 2023, é, e queria que o Clímaco prestasse bastante atenção se tiver aí ainda. O
1443 CNRH estabeleceu que na resolução 232 que foi que aprovou o plano, que deva ser aplicado os
1444 recursos nas ações de curto prazo. Então para 2023 acho que não adianta a gente aqui discutir o
1445 leite derramado, porque naquele horizonte das várias ações de curto prazo infelizmente o CNRH
1446 não indicou as prioridades para o ano que vem. Ok? Mas eu gostaria de sugerir como
1447 encaminhamento da plenária de hoje que, para a aplicação dos recursos 2024, o CNRH promova
1448 a aplicação da consulta a partir do ano que vem. Ok? De forma que para execução das ações em
1449 2024, seja observada a resolução 70. E o dispositivo legal previsto na legislação que prevê que

1450 haja essa consulta. Então esse é minha sugestão em, considerando parecer da CTOC que foi
1451 encaminhado junto da convocação dessa reunião, se alguém tiver algo diferente para sugerir acho
1452 que é um momento.

1453 **SR. MARCO ANTÔNIO (ANA)** - Bom Wilson, só uma questão assim. As matérias referentes a
1454 esse assunto no passado foram sempre sair uma resolução né. A gente sempre via defendendo
1455 aqui na ANA que a ANA vinha recebendo prioridade às vezes de três linhas do CNRH. Que era
1456 prioridade para o PPA, as prioridades de plano e as prioridades que vinham da CTOC a partir
1457 dessa consulta. Que a gente sempre achava que bastava uma prioridade. Que às vezes uma pode
1458 ser até contraditória a outra né. E fica difícil saber o sinal que o CNRH quer dar. Nesse caso aqui,
1459 você tá pensando em fazer uma normativa, resolução, moção, comunicado para definir essas
1460 prioridades? Porque no passado as prioridades sempre viam por resolução né. Elas não vinham de
1461 outra forma. O item aqui estava pautado...

1462 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Tem que vir com
1463 resolução. Tem que vir com resolução.

1464 **SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA)** – Pois é. O item estava pautado aqui como
1465 informe né.

1466 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É. E aí,

1467 **SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA)** – E aí eu acho que tem umas certas incongruências
1468 né. Por exemplo, foi bom que virou encaminhamento. Porque o encaminhamento aí tava
1469 suspensão né. Suspender o efeito de uma resolução tinha que ser através de outra resolução.
1470 Então você deu um bom encaminhamento que não dá para fazer essa suspensão aqui
1471 simplesmente por ata de reunião né. Então não sei se essa matéria deveria CTAL sabe.

1472 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** –É, né, acho que não.

1473 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Sabe com por que que eu preocupo Wilson? Está se resolvendo essa
1474 suspensão ou modificar uma questão porque o CNRH não cumpriu que ele deveria cumprir em
1475 2021 pra poder acontecer em 2022. Eu acho que o seu encaminhamento tá correto no sentido é,
1476 vamos admitir que a gente não fez isso, mas para 2023, 24 a gente volta a assumir essa
1477 responsabilidade.

1478 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Exatamente

1479 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Porque quem não cumpriu foi o CNRH.

1480 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Isso. Eu até, eu até assim,
1481 dentro daquilo que o Clímaco que colocou até na pauta da reunião passada né. Clímaco que falou
1482 assim, a gente está fingindo que estamos cumprindo com esse subterfúgio dizendo que estamos
1483 aplicando os recursos nas prioridades do Plano Nacional de recursos Hídricos. Eu concordo
1484 parcialmente. Por quê? A gente realmente, a resolução 232 não é você quer provar o plano

1485 Anderson, ela colocou de forma muito clara que nos próximos dois anos as ações da CFURH
1486 devem ser colocadas nas ações de três anos né, quatro anos; fez umas ações de curto prazo. Mas
1487 qual que é a minha preocupação? São tantas ações de curto prazo, eu acho que são, cerca de 70%
1488 das ações são de curto prazo e o cobertor é curto. Não dá para executar todas com quatro anos.
1489 Então o quê que acontece? Para o ano que vem quando a ANA estiver executando o orçamento
1490 da CFURH do exercício 2023 eu não tenho dúvida que eles já vão estar aplicando naquele
1491 horizonte de tudo aquilo que é curto prazo. Mas eu acho que é importante o CNRH debruçar no
1492 debate ao longo do ano que vem é, de forma cumprir até junho a consulta para que seja
1493 encaminhado as prioridades para o exercício 2024. E eventualmente até 2025.

1494 **(NÃO IDENTIFICADA)** - E que estejam dentro das ações de curto prazo apontadas no plano.

1495 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – E que estejam dentro do
1496 conjunto...

1497 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Já que não dá pra poder, não dá pra fazer tudo, que elas estejam
1498 dentro das ações que já estão previstas no plano. Eu acho que a gente atende a todo mundo.

1499 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Exatamente. Então eu
1500 queria colocar isso, apesar de ser um informe, eu acho que é importante ficar esse registro para as
1501 futuras gerações aí do CNRH, é, essa, essa pendência, essa missão para ser exercida no ano que
1502 vem. Ok?

1503 **SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA)** – Oi Wilson; só para deixar registrado que eu acho
1504 que o CNRH tem essa nova atribuição de dizer ao sistema né, para onde o sistema tem que andar,
1505 as prioridades. E elas foram ditas no plano né. Se elas não cabem dentro daquele espaço de curto
1506 prazo, o plano deve estar errado né? Porque o plano...

1507 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Não Marco, não tá
1508 errado, sabe por quê? Infelizmente, na construção do plano nós não valoramos os custos das
1509 ações. E isso é o trabalho que Adriana tá fazendo agora; que ela apresentou mais cedo.

1510 **(NÃO IDENTIFICADA)** - E não só isso gente, o, é as ações do plano não são feitas pro cobertor
1511 da CFURH só não. A gente tem que buscar outras fontes. Essa é a questão. Elas são
1512 (Ininteligível) mas não necessariamente apenas com recursos da CFURH.

1513 **SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA)** – Mas nas que a ANA, que a ANA encaminha, e a
1514 maioria do plano foi mostrado hoje que é da ANA, a ANA só tem esse dinheiro né, não tem outro
1515 né.

1516 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É. Mas acho que tem um
1517 que compartilhar com o próprio MDR que a gente tá buscando recurso para exercer as ações, os
1518 governos estaduais têm a sua parcela de compromisso, os comitês de bacia também tem ali
1519 algumas atribuições estabelecidas no plano de ação, mas o fato é que é infelizmente para consulta
1520 dentro daquele horizonte de conjunto de curto prazo, nós não fizemos para o ano que vem, mas o

1521 que eu gostaria de sugerir é que deixe consignado para que o CNRH faça para aplicação dos
1522 recursos dos anos seguintes. 2024 em diante.

1523 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1524 **GOVERNAMENTAIS)** - Senhor presidente.

1525 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Deixa eu dar um exemplo Marco. O (Ininteligível) esses acordos de
1526 cooperação, esses convênios, nem lembro mais que nome da; que a ANA fechou para esses
1527 estudos do Paraguai, o recurso veio de fora e tá combinação do plano de curto prazo. Quer dizer,
1528 é outro recurso que não dá CFURH. Eu acho que vale a pena ser colocado sim como
1529 cumprimento de ação. E é, o recurso não é da CFURH. E a ANA correu atrás de outra forma.

1530 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É. Assim como o
1531 Ministério também tá correndo atrás. Eu queria passar para o Clímaco que pediu a palavra. Por
1532 favor Clímaco.

1533 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1534 **GOVERNAMENTAIS)** – Eu acho secretário, que o, não podemos esquecer o imperativo legal.
1535 Na verdade, o que tá se, se colocando sobre nosso ponto de vista, é o protagonismo dos comitês
1536 de bacia que, tá claro na lei que deu origem à resolução 70. E aí a forma de consulta era
1537 estabelecida no adjetivo que vem, vem de um poder maior do que a resolução 70, que é o
1538 considerar o papel dos comitês de bacia. Bem, isso tudo resolvido para nós já é uma grande, uma
1539 grande, avanço. É um grande avanço. Porque quando foi feita as consultas anteriores que então aí
1540 colocadas nos papéis, como se tivesse cumprindo a finalidade, em nenhum momento quando eu
1541 participei das reuniões da formulação do plano, nenhum momento ninguém falou para mim que
1542 essa, que essas diretrizes e prioridades que a gente tava na reunião falando era também para
1543 atender os objetivos da resolução 70. Então há uma, um faz de contas generalizado. A gente não
1544 foi avisado disso. Então eu, concordo com, com alguma coisa que dá a luz no fim do túnel para
1545 mudar essa realidade de ilegalidade que estabeleceu. Então eu queria saber do senhor se tem uma
1546 garantia no documento que essa consulta vai ser feita aos comitês.

1547 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É acho que é justamente
1548 essa proposta que a gente está colocando aqui. Que fique registrado como encaminhamento dessa
1549 reunião, que o CNRH faça essa consulta conforme prever as resoluções de vigor no ano que vem.
1550 Ta? E aí Clímaco como eu coloquei; isso vai ser aplicado a aos recursos do exercício 2024.
1551 Porque infelizmente nós não fizemos essa consulta no horizonte para o exercício 2023. Tá? O quê
1552 que tem hoje posto para exercício 23? Que a ANA aplica os recursos nas ações de curto prazo. E
1553 aí claro; isso é um cheque bastante grande porque são muitas ações de curto prazo. Então desde
1554 que ela aplique os recursos nela, ela vai estar respeitando o que foi priorizado no próprio Plano
1555 Nacional de recursos Hídricos, que teve participação dos comitês e de todo o sistema. Ta? Então
1556 o que eu tô colocando aqui é, infelizmente nós não fizemos esse processo de consulta para o
1557 horizonte de aplicação 2023 e eu gostaria de deixar o registro bastante claro, é, que para 2024 o
1558 CNRH se debruce ao longo do ano que vem nessa consulta. Ok? E um outro ponto também
1559 Clímaco que é importante, que você mencionou, que é uma consulta de faz de conta. Eu acho que

1560 não é nem questão da consulta de faz de conta. Eu acho que para a gente planejar qualquer ação
1561 pública, a gente precisa saber quando, onde e quanto custa. O plano nacional passado não tinha
1562 estimativa de recursos de quanto custa implementar aquela ação. E é o exercício que a gente aqui
1563 trabalhou bastante ao longo desse ano, sob a coordenação da Adriana Lustosa, com a equipe da
1564 Agência Nacional de águas, para buscar valorar essas ações. Então eu entendo que ano que vem
1565 vamos ter elementos muito importantes para que essa consulta seja efetiva. Ok? Então eu acho
1566 que era isso

1567 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1568 **GOVERNAMENTAIS)** – A, eu espero que..

1569 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu queria finalizar,
1570 deixar consignado se todos aqui concordam e deixar consignado então que para o exercício 2023
1571 conforme recomendado pelo parecer da CTOC a aplicação se dê conforme previsto na resolução
1572 232, nas ações de curto prazo e o encaminhamento da resolução é que, para o ano que vem a
1573 secretaria executiva viabilize o processo de consulta para atender o que prever a resolução 70.
1574 Para deixar bem claro o registro da reunião. Se todos concordarem.

1575 **(NÃO IDENTIFICADA)** – Concordo. Ok.

1576 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ótimo então fica esse
1577 encaminhamento para o ano que vem. Ok? E com isso a gente encerra esse assunto né. Claro que
1578 o GT para revisão da 70 tá em andamento, no âmbito da CTOC, vai ser dado continuidade ano
1579 que vem, assim como outras revisões e resoluções que estão em discussão. Muito bem acho que
1580 vencemos nossa pauta, agradeço muito aí quem pode participar até o momento e acho que foi
1581 bastante rico o debate hoje, passamos aí para uma série de temáticas aí bastante interessantes e
1582 quero mais uma vez agradecer e companheirismo e respeito de todos na condução do CNRH qual
1583 fiquei muito orgulhoso de poder contribuir nesses últimos anos. Muito obrigado

1584 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1585 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** – Só temos que agradecer ao Wilson. A
1586 gente que tem que te agradecer e te parabenizar tá. Você, Anderson, Adriana, Roseli, Liliana, a
1587 gente sabe como é que, como é como é que vocês pegaram (Ininteligível)

1588 **SR. ANDERSON BEZERRA (DRHB/MDR)** – Podemos tirar uma foto para botar no site
1589 Wilson?

1590 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Podemos.

1591 **SRA. IARA BUENO GIACOMINI (SÃO PAULO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO)**
1592 – Wilson, só mais uma coisa, eu sei que tá todo mundo cansado, mas eu queria só fazer uma
1593 breve fala.

1594 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Por favor Iara.

1595 **SRA. IARA BUENO GIACOMINI (SÃO PAULO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO)**
1596 – É que ontem ocorreu uma audiência pública no âmbito do Ministério de Minas e Energia sobre
1597 a cota do Lago de Furnas, é, a ANA participou, o estado de São Paulo participou como ouvinte,
1598 teve muitos participantes, vários embates muito calorosos, em nenhum momento foi citado os
1599 comitês de bacia ou os conselhos estaduais, nem mesmo Conselho Nacional. E trata-se aí de um
1600 conflito pelo uso da água Federal né. Porque envolve aí o domínio da União, São Paulo, Minas e
1601 Paraná. No mínimo. Então gostaria que esse assunto viesse na próxima pauta, eu não sei qual é a
1602 melhor forma de encaminhamento, se a solicitar ao Ministério de Minas e energia que apresente o
1603 caso, que apresente uma informação técnica aos autos ou como, queria uma orientação de como,
1604 como provocar essa discussão para que ela venha no próximo, na próxima reunião.

1605 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim. Roseli você tem
1606 uma sugestão Roseli? Eu acompanhei inclusive via online depois.

1607 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Não;
1608 mas era bom que o Conselho Estadual de São Paulo encaminhasse a demanda, a solicitação e a
1609 gente incluí na pauta, na primeira reunião e faz aí as tratativas a quem de direito. Chama a ANA,
1610 chama o Ministério de Minas e Energia né.

1611 **SRA. IARA BUENO GIACOMINI (SÃO PAULO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO)**
1612 – Então eu encaminho por e-mail isso a secretaria executiva?

1613 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Pode
1614 ser Iara. Você é conselheira, você caminha na qualidade conselheira.

1615 **SRA. IARA BUENO GIACOMINI (SÃO PAULO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO)**
1616 – Tá bem. Tá bem. Obrigada.

1617 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS DE**
1618 **ENSINO E PESQUISA)** - É. Você pode fazer isso Iara. Se você está achando que é um assunto
1619 pertinente.

1620 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É até bem lembrado esse
1621 assunto né. Eu já mencionei hoje a lei da desestatização quando a gente falou da tarifa do PISF,
1622 mas tem um elemento importante que foi a, recursos para revitalização da Bacia do Paraná né, da
1623 área de em torno de Furnas. E sobre isso a gente tá inclusive finalizando as discussões para
1624 viabilizar o repasse da Eletrobras, da concessionária Furnas para concluir as obras de Nova
1625 Avanhandava né, que é o deslocamento lá em Nova Avanhandava, na hidrovía Tietê Paraná, que
1626 é vai flexibilizar bastante a operação do reservatório de Furnas. Então a gente tá tentando junto
1627 com o Ministério da Infraestrutura, com a Eletrobras e com Furnas, tentando encerrar as tratativas
1628 para garantir esse repasse para que a obra seja concluída né. E isso já vai dar um fôlego
1629 interessante no reservatório de Furnas.

1630 **SRA. IARA BUENO GIACOMINI (SÃO PAULO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO)**
1631 – É. Esse é um dos componentes, é um dos componentes dessa discussão.

- 1632 **(NÃO IDENTIFICADO)** - Wilson, A pauta, tudo bem? Fechamos a pauta?
- 1633 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Fechamos, estamos,
1634 assuntos gerais.
- 1635 **(NÃO IDENTIFICADO)** - É que eu tenho que dar aula agora as 8:30. Não tenho como ficar
1636 mais.
- 1637 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então vamos tirar a
1638 foto enquanto a gente só inclui, finaliza assuntos gerais, dá o print aí doutor Anderson. Muito
1639 bem.
- 1640 **SR. ANDERSON BEZERRA (DRHB/MDR)** - Já foi todo mundo sorrindo beleza. Tirada.
- 1641 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É Leonardo, você pediu a
1642 palavra também, Foi. Foi bem intenso, foi bem bom. Leonardo, Por favor.
- 1643 **SR. LEONARDO COSTA (CERH MS)** - Só pra agradecer ao Wilson, Anderson, Roseli,
1644 parabenizar vocês por esse trabalho de um ano aí, esse ano na frente do Conselho Nacional e
1645 desejar boas férias, boas festas, feliz natal, ano novo aí para todos os conselheiros, que ano que
1646 vem a gente possa voltar aqui e com menos mágoa no coração e trazendo um, melhores discurso
1647 aqui para gestão de recursos nacionalmente aqui. Ta? Feliz natal para todo mundo, feliz ano novo
1648 e até ano que vem.
- 1649 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem. Obrigado
1650 pela parceria Leonardo.
- 1651 **SR. EDUARDO TOPÁZIO (CERH BA)** - Faço as minhas as palavras, também as dele. Feliz
1652 natal para todos ai, parabéns pelo trabalho de vocês todos ai. Valeu. Até o ano que vem.
- 1653 **(NÃO IDENTIFICADO)** - Wilson, Roseli, Parabéns aí pela condução,
- 1654 **(PARTICIPANTES)** – Agradecimentos e Desejos de boas-festas. Assuntos gerais.